

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Luíza Pereira Nunes Paragó

Silêncios violentos:

A narrativa do estupro como arma de guerra e a invisibilização de violências de gênero em contextos de conflito e pós-conflito

Orientadora: Paula Drumond Rangel Campos

Rio de Janeiro

2020.2



Luíza Pereira Nunes Paragó

Silêncios violentos:

A narrativa do estupro como arma de guerra e a invisibilização de violências de gênero em contextos de conflito e pós-conflito

Orientadora: Paula Drumond Rangel Campos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Rio de Janeiro

2020.2

“esta é
uma carta de amor
há muito devida
para cada uma
& toda
mulher
que percorreu
esses campos
antes de mim
&
fez
o caminho
suave o bastante
para que eu
o atravessasse e
chegasse
ao lado
aonde eles não poderiam
nunca ir.

por isso
devo muito
a vocês.”

amanda lovelace

(In: a bruxa não vai para a fogueira neste livro)

À todas as mulheres que construíram o caminho para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

É mais do que necessário que eu dê início a esta monografia agradecendo às pessoas que me permitiram chegar até aqui. Palavras jamais serão suficientes para enfatizar a importância do que estou prestes a dizer, mas espero que elas sejam capazes de transmitir, de certa maneira, tudo o que estou sentindo, afinal, se não fosse por vocês, eu não estaria aqui, então, *bear with me*.

Aos meus pais Daniela e Fernando, o **maior** dos obrigadas. Reconheço e admiro, imensamente, o esforço que vocês fizeram ao longo dos últimos (quase) vinte e quatro anos para que eu estivesse aqui. Sei das dificuldades e obstáculos que encontramos pelo caminho e o quanto elas poderiam ter abalado a minha caminhada se não fosse pelo apoio de vocês. A confiança que depositaram em mim, o investimento que fizeram na minha educação e todo o amor que tive ao longo da vida se resumem neste trabalho e espero que vocês se sintam orgulhosos por verem a primeira filha de vocês se tornando bacharel em Relações Internacionais. Eu jamais serei capaz de agradecer o suficiente ou compensar vocês por tudo o que fizeram por mim. Obrigada por tudo. Este trabalho é dedicado a vocês, os melhores pais que alguém poderia sonhar em ter.

Agradeço, também, aos meus irmãos, Beatriz, Luiz Fernando e Hugo, por me motivarem, mesmo que não soubessem que o estavam fazendo. Eu espero que um dia vocês possam olhar para mim e para este trabalho e entender que vocês foram parte fundamental da minha caminhada e da pessoa que me tornei. Não tenho dúvidas de que vocês serão capazes de coisas grandiosas e espero que saibam que podem contar comigo sempre. Obrigada por me fazerem companhia.

Às minhas avós, Ligia e Marcy, o meu muito obrigada por terem se feito presentes ao longo dessa trajetória. Vocês são mulheres fortes, inspiradoras e que me acolheram ao longo de uma vida inteira, fazendo o possível para que eu me sentisse amparada e tivesse as melhores oportunidades. Se em algum momento da minha graduação eu escolhi trabalhar com a história de outras mulheres, saibam que essa vontade se fez presente quando entendi a história de vocês. Às minhas tias Flavia e Renata, e à minha madrinha Marcela, por serem exemplos de mulheres independentes e resilientes, e por estarem sempre por perto. A história dessas

mulheres retratadas aqui só faz parte da minha vida por causa de mulheres como vocês.

Aproveito, ainda, para agradecer às minhas amigas, Larissa Ramalho, Karine Ayres e Ana Carolina Coelho, por me acompanharem desde o ensino médio e presenciarem todos os momentos que passei ao longo dos últimos quatro anos e meio como aluna da PUC-Rio, fico muito feliz de termos caminhado juntas e de termos nos tornado mulheres que, de certa maneira, advogam por outras mulheres. À Katharina Bartz, Nathalya Oliveira e Victoria Cardoso, minhas amigas de faculdade que, por seus próprios motivos, decidiram seguir outros caminhos, mas, ainda assim, se fizeram presentes ao longo da minha graduação e com quem dividi – e ainda divido – os melhores momentos desse percurso. Se não fosse pela força que vocês me deram, pelo acolhimento em momentos de desespero e pelas risadas que sempre nos acompanharam, eu jamais teria sido capaz de chegar até aqui. Obrigada por todo o incentivo, de verdade.

Aos meus heteros favoritos: Armando, Iam, Sart, Tetinho e Yuri, que de um comentário no *facebook* tornaram-se parte mais do que importante – e querida – na minha graduação: obrigada pelas partidas de sueca e *gartic*, se não fosse pela companhia de vocês, eu teria desistido. À Camilla Pereira e Victor Toscano, dois veteranos que me salvaram em muitos momentos e que carrego como amigos até hoje, o meu muito obrigada por todas as orientações, pela paciência e pela companhia.

Não poderia deixar de agradecer à minha orientadora, Paula Drumond, que me acompanhou ao longo do último ano, sempre com muita paciência e compreensão, trazendo *insights* grandiosos, sugestões que acabaram abrindo outros caminhos pelos quais me interessei e, é claro, conteúdos que me ajudaram a moldar não só este trabalho, mas uma série de outras produções. Agradeço à Paula Sandrin que, além de ter topado avaliar este trabalho como segunda leitora, foi uma das responsáveis – mesmo sem saber – por decisões que me fizeram permanecer no curso de Relações Internacionais. Às professoras Manuela Trindade, Jana Tabak, Renata Summa e Maira Siman, que, talvez sem nem perceberem, tornaram-se figuras importantes na minha graduação, me dando a oportunidade de produzir e

estudar assuntos pelos quais sou apaixonada, e por me inspirarem a seguir caminhos acadêmicos.

Agradeço, ainda, a todos os amigos que a PUC-Rio colocou (ou recolocou) no meu caminho, Brenda, Matheus, Thiago, Serena e Pilar, que tornaram as viagens Rio/Niterói muito mais agradáveis.

Por fim, reservo este espaço para agradecer à todas as mulheres que tornaram o desenvolvimento deste trabalho possível, sejam elas refugiadas sírias, acadêmicas norte-americanas ou estudantes e escritoras brasileiras. Vocês são a força que move o mundo, portanto, a vocês, mulheres, o meu mais sincero **obrigada**.

RESUMO E PALAVRAS-CHAVE

A presente monografia tem como objetivo compreender como a narrativa do estupro como arma de guerra é capaz de minimizar e invisibilizar outras violências sexuais e de gênero cometidas por atores estatais e não-estatais em momentos de conflito e pós-conflito. Para tal, este trabalho se vale de uma análise do discurso do estupro como arma de guerra a partir da historiografia do mesmo, bem como de um estudo de caso do conflito sírio. Para além disso, a pesquisa aborda outras violências sexuais e de gênero perpetradas em situações de conflito e pós-conflito, a fim como a narrativa do estupro como arma de guerra tornou-se tão difundida e universalizada proporcionando, assim, uma minimização de outras violências sexuais e de gênero presentes em conflitos. O trabalho apresenta, ainda, uma breve análise da participação de atores e organizações internacionais na campanha de combate à violência de gênero, visando entender a importância da atuação desses agentes e explicitar como se faz necessário que haja um debate mais amplo sobre as violências de gênero silenciadas em detrimento de um discurso dominante.

Palavras-chave: estupro; violências de gênero; violência sexual; conflito sírio

SUMÁRIO

1. Introdução.....	11
1.1. Metodologia de pesquisa.....	13
1.2. Estrutura dos capítulos.....	14
2. Violência sexual, gênero e conflito.....	16
2.1. Estupro como arma de guerra: historiografia.....	18
2.1.1. A relação entre gênero e violência sexual.....	25
2.2. Estupro como arma de guerra: o discurso.....	27
2.2.1. Problematizando o discurso do estupro como arma de guerra.....	29
2.2.2. Outras violências de gênero em momentos de conflito..	34
2.3. Considerações finais.....	36
3. O caso da Síria.....	38
3.1. A construção do Estado Sírio: contexto histórico.....	38
3.2. A guerra civil na Síria.....	41
3.3. As violências sexuais e de gênero cometidas contra mulheres no conflito sírio.....	45
3.3.1. O pós-trauma das vítimas.....	49
3.4. O sensacionalismo em torno do conflito sírio	50
3.5. Considerações finais.....	52
4. Organizações internacionais e o combate às violências sexuais e de gênero.....	56
4.1. A atuação das organizações internacionais no conflito sírio.....	57
5. Conclusão.....	60
6. Referências bibliográficas.....	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Síria (divisões e influências externas)..... p. 40

Figura 2: Mapa da Síria (áreas dominadas pelas partes do conflito)..... p. 44

“Sexual violence is a threat to every individual's right to a life of dignity, and to humanity's collective peace and security.”

António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas.

Nova York, 2017.

1. Introdução

Atualmente reconhecida como uma das violações mais graves do direito internacional (OTAN, 2017, n.p), a violência sexual tem sido usada em conflitos há séculos. Vista como um recurso que visa humilhar, intimidar e torturar a vítima (WEISTMAN, 2008, p. 563), esse tipo de violência é bastante frequente em locais de conflito e só passou a ser reconhecido pela Corte Internacional de Justiça como um crime contra a humanidade em 2003.

Apesar desse reconhecimento significar um passo importante para a justiça em termos de reparação de crimes de guerra (EVA, 2020, n.p), a violência sexual em tempos de conflito ainda é um assunto envolto por diversos estigmas e, embora, seja um dos temas mais discutidos ao tratar do impacto desses conflitos na vida de mulheres, os desdobramentos dessas violências ainda são pouco abordados. (Ibid. n.p)

O termo “violência sexual relacionada a conflito” (CRSV) é, frequentemente, associado ao uso do estupro e o seu entendimento como uma arma de guerra. Todavia, a CRSV é um fenômeno multifacetado e, para além do estupro, ela abrange práticas como: prostituição forçada, escravidão sexual, gravidez forçada, casamento forçado, e uma série de outras condutas de igual gravidade. (OTAN, 2017, n.p)

Embora atinja homens e meninos, mulheres e meninas são os principais alvos da violência de gênero relacionada ao conflito (Ibid. n.p), uma vez que “a origem da violência sexual é a desigualdade de gênero e a percepção de que as mulheres são inferiores e de que seus corpos não lhes pertencem, mas são de utilidade pública.” (EVA, 2020, n.p) E, este trabalho, pretende adereçar, justamente, o uso da violência sexual e de gênero contra mulheres e meninas em situação de conflito e pós-conflito, buscando entender quais são os desdobramentos deste tipo de prática na vida dessas mulheres.

Porém, é importante reforçar que, embora o discurso da violência sexual como uma arma de guerra tenha contribuído para a visibilidade e condenação da prática, nem todo ato de violência sexual pode – ou deve – ser classificado como

uma arma, tática ou estratégia de guerra¹. É preciso entender os contextos que envolvem essas violências para que, então, possamos classificá-las da maneira correta.

Apesar de a narrativa do uso do estupro como arma de guerra ser uma das mais difundidas dentro do âmbito acadêmico e da política internacional, é preciso ressaltar que adereçar apenas uma das formas de violência de gênero em conflitos é invisibilizar outras práticas comuns em locais de guerra. Segundo Baaz e Stern (2013, p. 2), qualquer abordagem usada para compreender problemas complexos como a violência sexual é limitada e limitante.

Pensando em romper com abordagens frequentes dentro das Relações Internacionais, este trabalho se propõe a analisar o uso da violência sexual e de gênero em momentos de conflito, sendo pautado na seguinte pergunta: **como o discurso do estupro como arma de guerra invisibiliza outras violências sofridas por meninas e mulheres durante e após conflitos armados?** A partir do desenvolvimento dessa pesquisa e dos desdobramentos advindos dela, pretende-se entender como a narrativa do estupro como arma de guerra tornou-se tão difundida e, portanto, universalizada, e quais são os resultados dessa hipervisibilização para as vítimas de violências sexuais em tempos de conflito.

Além das questões expostas, busca-se, ainda, entender uma série de outras questões relacionadas à perpetração da violência de gênero em conflitos, como: por que há um uso constante deste tipo de violência em locais de conflito, por que as notificações relacionadas à estupro são maiores – se comparadas à outras violências sexuais – e, por isso, mais visíveis e, por fim, por que tal prática não pode ser considerada como um mero resultado da guerra.

Em suma, este trabalho abordará as questões de silenciamento de outras violências sexuais e de gênero em detrimento da hipervisibilização da narrativa do estupro como arma de guerra. O interesse pela compreensão dessas questões justifica-se pelo fato de haver inúmeros documentos e artigos que abordem a temática do estupro como arma de guerra, mas poucos que mencionem outros tipos de violência sexual ou de gênero, ou que façam uma análise mais detalhada dos motivos por trás desses acontecimentos, pautando-se nas teorias feministas do

¹ Caprioli, 2004; Cohen et. al. 2013; Cohen, 2016 apud EVA, 2020

campo das Relações Internacionais. Sendo assim, este trabalho pretende compreender os desdobramentos da invisibilização dessas outras violências, visando trazer uma análise a partir de uma perspectiva diferente das já abordadas até então.

1.1. Metodologia de Pesquisa

De modo a tornar este trabalho possível, a análise a ser desenvolvida será baseada em uma pesquisa qualitativa pautada em fontes primárias e secundárias que documentam e investigam a perpetração de violências sexuais e de gênero durante e após situações de conflitos armados. A fim de exemplificar e tornar a pesquisa mais palpável, será conduzido um estudo de caso sobre o atual conflito na Síria, com o intuito de demonstrar, de maneira empírica, como a ênfase na narrativa do estupro como (única) arma de guerra permite a invisibilização de outros tipos de violência sexuais e de gênero sofridas por mulheres e meninas nesses contextos.

O estudo de caso foi pensado e selecionado de modo a avaliar um conflito atual a partir de uma ótica recente sobre o uso do estupro como arma de guerra e sobre como outras violências também estão presentes em locais de conflito. O motivo dessa escolha está pautado: na falta de materiais sobre esse assunto específico com foco nas mulheres sírias; na intenção de comprovar que há uma certa dose de sensacionalismo nas manchetes e propagandas sobre o uso do estupro como tática de guerra na região; na vontade de compreender como a organização social do país interfere nos dados sobre violências sexuais e de gênero cometidas contra sua própria população e; nas consequências políticas trazidas pela invisibilização dessas violências.

É preciso entender, porém, que existem limitações quando se trata deste tipo de pesquisa. Por se tratar de um trabalho pensado e produzido a partir da visão de uma mulher ocidental que, por inúmeros motivos, não esteve presente, imersa ou em qualquer contato próximo com a cultura síria, é possível que haja uma certa dificuldade de aprofundamento em questões culturais por meio, apenas, de leituras e revisões bibliográficas. Além disso, é preciso se atentar para o fato de que, por se tratar de uma cultura diferente da qual estou inserida, por acreditar que a

imparcialidade é utópica e que o discurso, assim como exposto por Michel Foucault², trata-se de uma representação culturalmente construída pela realidade e não uma cópia exata, o ponto de vista aqui apresentado pode estar precedido de uma série de pressupostos e pré-conceitos que influenciam na maneira com que este trabalho será conduzido, todavia, me aterei ao máximo às informações dadas por autoras e autoridades locais ou que sejam de regiões próximas e que prezem por uma análise mais neutra desses dados.

Analisarei, ainda, atores e organizações internacionais que desempenham algum tipo de papel no combate às violências sexuais e de gênero e que, de uma forma ou de outra, estão presentes no conflito sírio, de modo a compreender como essas entidades respondem às questões tratadas e como contribuem para a solução ou minimização dos problemas anteriormente expostos.

Por fim, a partir da análise dos elementos citados, este trabalho espera compreender o porquê de o estupro como arma de guerra ter sido escolhido como o principal crime de gênero a ser noticiado, tanto por veículos midiáticos quanto por instituições da política internacional, e quais os desdobramentos dessa perspectiva para mulheres que vivenciam outros tipos de violência sexual e de gênero em contextos de conflitos.

1.2. Estrutura dos Capítulos

Visando facilitar o entendimento dos argumentos a serem apresentados e desenvolvidos ao longo deste trabalho, este será dividido em três capítulos principais.

O primeiro capítulo tem como objetivo explicar a narrativa do estupro como arma de guerra, definindo os conceitos utilizados por órgãos internacionais para entender o que, de fato, constitui um estupro, apresentando conceitos e uma breve contextualização histórica do uso dessa violência durante momentos de conflito. Além disso, é neste capítulo que outras formas de violência – que tendem a ser

² FOUCAULT, Michel. As formações discursivas IN: A Arqueologia do Saber. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

minimizadas por conta da existência de uma narrativa dominante – serão apresentadas e explicadas, bem como quem são e onde estão as vítimas dessas violências. Por fim, problematizarei a classificação do estupro como “arma de guerra” à luz dos argumentos de autoras como Maria Eriksson Baaz, Maria Stern, Jelke Boesten e Michelle Lokot, trazendo, assim, um outro ponto de vista para o entendimento das violências sexuais em locais de conflito.

O segundo capítulo tratará, especificamente, do caso da Síria. É nesta seção que contextualizarei não só o surgimento do Estado sírio, buscando explicitar todo o caminho percorrido até o ano de 2011, como, também, os fatores que culminaram no conflito instaurado no país a partir do mesmo ano. Além disso, mencionarei os atores envolvidos, como as mulheres se apresentam dentro da sociedade síria e quais são as violências de gênero que se fazem presentes no conflito até então. Ademais, abordarei, ainda, o tratamento das vítimas no pós-trauma, a fim de entender como essas mulheres são reabilitadas e se são ou não reinseridas na sociedade após a perpetração dos crimes dos quais são vítimas.

No terceiro – e último – capítulo, analisarei o comportamento de atores internacionais, como eles interferem no entendimento e no “tratamento” de violências sexuais e de gênero, seja dentro ou fora do conflito sírio, de modo a entender como as ações perpetuadas por esses agentes refletem nas vítimas e nos locais atingidos por conflitos.

Por fim, além dos três capítulos supracitados, este trabalho apresenta, ainda, uma seção de conclusão, onde articularei as principais contribuições dessa pesquisa para: uma melhor compreensão da questão analisada, para a disciplina de Relações Internacionais e para a discussão de questões de gênero, tanto dentro, quanto fora da academia. Dessa forma, as principais observações de cada capítulo serão retomadas a fim de explicitar a conclusão obtida e tornar ainda mais claro para o leitor a correlação entre conflitos armados e violências de gênero.

2. Violência sexual, gênero e conflitos

Desde meados da década de 1990, expressões como “violências baseadas em gênero – do inglês *gender-based violence* (GBV) –, “violência sexual” e “violências de gênero” têm se tornado cada vez mais comuns em produções acadêmicas e midiáticas. Termos como esses referem-se a violações dos Direitos Humanos que reforçam comportamentos estereotipados e negam a dignidade humana e a autodeterminação dos indivíduos, perpetuando, assim, danos físicos, sexuais e psicológicos que reiteram a subordinação feminina e o poder e controle masculino. (ACNUR, 2003) De acordo com documentos produzidos pelo Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR), as violências baseadas em gênero podem ser definidas da seguinte maneira:

The term gender-based violence is used to distinguish common violence from violence that targets individuals or groups of individuals on the basis of their gender. Gender-based violence has been defined by the CEDAW Committee as violence that is directed at a person on the basis of gender or sex. It includes acts that inflict physical, mental or sexual harm or suffering, threat of such acts, coercion and other deprivations of liberty. (ACNUR, 2003, p. 10)

Para além da definição anterior, é importante ressaltar que o conceito GBV deve compreender – mas não se limitar à³ – violências físicas, sexuais e psicológicas que possam ocorrer dentro da própria família da vítima, como espancamento, exploração sexual, abuso sexual de crianças e/ou menores, estupro marital – recorrente em culturas onde o casamento é guiado por interesses familiares, por exemplo –, mutilação genital feminina – prática que se tornou realidade para cerca de 200 milhões de mulheres, principalmente em países africanos ou do Oriente Médio (BBC, 2019) – e outras práticas tradicionais prejudiciais às mulheres, além de violências não-conjugais e aquelas relacionadas à exploração.

Ademais, qualquer violência física, sexual e psicológica que ocorra dentro de uma comunidade em geral, incluindo: estupro, abuso sexual, assédio sexual e/ou moral, intimidações nos espaços de trabalho ou em outros locais, além de

³ Tradução livre baseada nos artigos 1 e 2 da Declaração da Assembleia Geral da ONU sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres de 1993 e na recomendação 19 do §6 da 11ª sessão do Comitê CEDAW (Comitê para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher).

tráfico de mulheres – que, segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), detectaram-se mais de 63 mil vítimas entre os anos de 2012 e 2014, das quais a ampla maioria tratava-se de mulheres e meninas ⁴– e prostituição forçada e, ainda, qualquer tipo de violência física, sexual e psicológica perpetrada ou tolerada pelo Estado e pelas instituições, onde que quer essa ocorra, ou seja, toda violência direcionada à mulheres – como nos casos da Bósnia, de Ruanda e as Síria, abordados mais a frente neste trabalho – podem ser entendidas como violências de gênero.

Portanto, a violência de gênero engloba quaisquer tipos de violências físicas, sexuais ou psicológicas que sejam perpetradas ou toleradas por Estados e/ou grupos armados não-Estatais, independentemente de onde esta possa ocorrer – seja em âmbito público ou privado – e, é a partir deste ponto, que começamos a desembaraçar como os debates da política internacional acerca da violência de gênero passaram a enfatizar, especificamente, o estupro relacionado ao conflito armado, negligenciando, assim, outros tipos de violências de gênero atreladas aos conflitos.

Além de uma comprovação da desigualdade existente entre homens e mulheres, a violência sexual em momentos de conflito é uma tática projetada (e aperfeiçoada) para disseminar o ódio entre inimigos e reiterar o terror sobre a população civil, já que trata-se de uma maneira de estabelecer relações de poder, tanto sobre o local quanto sobre o povo ao qual se pretende dominar. Sendo assim, a violência sexual desempenha um papel fundamental no acontecimento da guerra, uma vez que serve como reforço para a imposição do medo e da intimidação. (FALCÃO, 2015) É a partir de então, que “as mulheres deixam de ser só objeto de agressão sexual e passam a ser tanto objetivo militar como de colonização física.” (CORREAL e OBRGÓN, 2005 apud FALCÃO, 2015, p. 8)

De acordo com Baaz e Stern (2013), foi a partir de 1993 que houve uma mudança significativa na forma como a violência sexual era enquadrada dentro do debate político global. Segundo as autoras, até então, o estupro era tratado como um “infeliz subproduto da guerra” (SEIFERT, 1994 apud BAAZ e STERN, 2013,

⁴ Informações extraídas do Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas do ano de 2016, disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/publicacoes.html>. Acessado em: 06 dez. 2020

p. 1) e, por este motivo, não atraia a atenção necessária da “alta política” ligada à segurança nacional e global. Com os conflitos da década de 1990 – como a questão dos Balcãs ou o Genocídio Ruandês, a serem mencionadas mais a frente – o estupro deixou de ser visto como um aspecto inevitável da guerra e passou a ser entendido como uma estratégia, tática ou arma de guerra que pode ser evitada. (BAAZ e STERN, 2013, p. 2)

Todavia, apesar de a narrativa do estupro como arma (tática ou estratégia) de guerra parecer coerente e atrair, de fato, a atenção de atores políticos para questões ligadas à GBV, algumas preocupações atreladas a esse discurso vêm à tona. Para que seja possível compreender, em sua totalidade, essas apreensões, é necessário contextualizá-las e entender quais são as definições dadas por órgãos e agentes internacionais a certos tipos de violência de gênero presentes em locais de conflito.

2.1. Estupro como arma de guerra: historiografia

A fim de compreender as futuras seções deste trabalho, é necessário pontuarmos a definição de estupro na qual este será baseado. De acordo com a definição estabelecida pelo Tribunal Penal Internacional⁵ (TPI), o estupro – e/ou estupro marital – é classificado como: “A invasão de qualquer parte do corpo da vítima ou do perpetrador com um órgão sexual, ou da abertura anal/genital da vítima com qualquer objeto ou parte do corpo pela força, ameaça do uso da força, coerção, aproveitando-se de um ambiente coercitivo ou contra uma pessoa incapaz de consentir genuinamente.” e pode ser perpetrado por “qualquer pessoa em posição de poder, autoridade e controle, incluindo marido, parceiro ou cuidador.”⁶

Apesar da recente atenção que vem angariando de órgãos e atores internacionais, o estupro em conflitos não é uma prática exclusivamente atual.

⁵ O Tribunal Penal Internacional entrou em vigor a partir do Estatuto de Roma (1998) e, dentre as suas competências estão os julgamentos dos seguintes crimes: genocídio; crimes contra a humanidade; crimes de guerra e o crime de agressão, resguardadas as devidas proporções.

⁶ A definição concedida pelo TPI pode ser encontrada no documento “*Sexual and Gender-based Violence against Refugees, Returnees and Internally Displaced Persons: Guidelines for Prevention and Response*” publicado pela ACNUR em maio de 2003 e listado na bibliografia deste trabalho.

Como mencionado anteriormente, foi a partir da década de 1990 que narrativas do uso do estupro como tática de guerra passaram a ser reconhecidas por estatutos internacionais, contudo, essa prática é exercida desde conflitos antigos, como é o caso de relatos que datam da Guerra de Troia ou da Grécia Antiga onde, após conquistarem uma cidade, soldados matavam homens, escravizavam ou vendiam crianças e estupravam mulheres – que, depois, ainda seriam divididas entre os próprios soldados como recompensa pela luta (VIKMAN, 2005). Para além dos casos mencionados, há ainda vasta menção aos estupros no pós-guerra em passagens da Bíblia (GOTTSCHELL, 2004), como é o exemplo de “A ruína de Babilônia e o livramento de Israel”, onde é possível encontrar os seguintes versículos:

Todo o que for achado será transpassado: e todo o que for apanhado, cairá à espada. E suas crianças serão despedaçadas perante os seus olhos: as suas casas serão saqueadas, e as suas mulheres violadas. (ISAÍAS 13:15-16)⁷

No versículo anterior, percebe-se o medo imposto sobre o povo de uma possível dominação estrangeira. Já num outro momento, em Lamentações, é possível ver o relato do que, de fato, aconteceu nos momentos de dominação por outros povos:

Conseguimos pão arriscando a vida, enfrentando a espada do deserto. Nossa pele está quente como um forno, febril de tanta fome. As mulheres têm sido violentadas em Sião e, as virgens, na cidade de Judá. (LAMENTAÇÕES 5:9-11)⁸

Relatos bíblicos como os anteriores, reforçam a ideia de que há séculos o estupro – ou a ameaça do estupro – vêm sendo usado como uma estratégia de intimidação. Ao longo da história, diversos povos usaram do estupro, não apenas como uma forma de violentar mulheres como espólio de guerra, mas, também, para humilhar os inimigos, atacando sua virilidade, afinal, estuprar mulheres seria como atacar o inimigo naquilo que lhe pertence e que, teoricamente, deveria ser protegido por ele. (FALCÃO, 2015, p. 1) E, mesmo em conflitos onde o principal objetivo não se trata de violar mulheres para quaisquer que sejam os fins, estas permanecem

⁷ BÍBLIA, Português. Bíblia de Estudo NVI. Nova Versão Internacional. São Paulo, SP: Editora Vida, 2003.

⁸ Ibid.

como as principais vítimas, como aponta a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, de 2000:

[...] civis, especialmente mulheres e crianças, representam grande maioria das pessoas afetadas adversamente por conflitos armados, incluindo refugiados e pessoas deslocadas internamente, e cada vez mais são alvos de combatentes e elementos armados. (ONU, 2000)

Apesar de presente, o estupro de mulheres passou por um enorme período de silenciamento, sendo revisitado e explicitado a partir de obras feministas que passaram a ser produzidas entre as décadas de 1970 e 1980, como foi o caso de “*Against Our Will: Men, Women and Rape*” de Susan Brownmiller, publicado em 1975, onde a jornalista afirma que o estupro – arma básica de força contra mulheres – é um crime político perpetrado por homens que desejam manter mulheres como suas subordinadas. (BROWNMILLER, 1975, p. 15-16)

Em conflitos modernos, como os da Segunda Guerra Mundial, episódios como os de Nanquim fizeram-se presentes. O Massacre de Nanquim – ou Estupro de Nanquim – refere-se à série de assassinatos e estupros cometidos pelas tropas imperiais japonesas entre os anos de 1937 e 1938 durante o conflito sino-japonês, onde oficiais japoneses submeteram mulheres e meninas chinesas às mais diversas formas de violência sexual, desde a prostituição forçada até o estupro sistemático. De acordo com alguns relatos, só no primeiro mês de ocupação, cerca de vinte mil mulheres teriam sofrido com os ataques – algumas sobreviventes relatam que eram violentadas por até quarenta homens por dia. (FALCÃO, 2015) Todavia, o uso do estupro e da violência sexual como todo não está presente apenas em conflitos de escala continental. É possível encontrar uma série de relatos sobre o uso da violência de gênero em episódios de guerras civis, como foram os casos da Bósnia e de Ruanda durante a década de 1990.

Com o fim da União Soviética no final da década de 1980, pôde-se perceber mudanças no cenário dos Bálcãs, principalmente na região da antiga Iugoslávia⁹. Países como a Eslovênia e a Croácia declararam sua independência, o que acabou por desencadear uma série de conflitos na região. Pouco depois de seus vizinhos, em 1992, a Bósnia declarou sua independência e, a partir de então, instaurou-se

⁹ A partir de 1991, o território da Iugoslávia dividiu-se entre os seguintes países: Croácia, Bósnia e Herzegovina, Eslovênia, Macedônia, Montenegro, Sérvia e Kosovo.

uma guerra civil entre sérvios, croatas e bósnios-muçulmanos que durou anos e deixou mais de 100 mil pessoas mortas, 2 milhões de pessoas foram deslocadas de seus territórios de origem e milhares de meninas e mulheres foram estupradas. Um dos traços mais presentes neste conflito foi o uso da violência sexual de homens sérvios contra mulheres bósnias-muçulmanas. (WEISTMAN, 2008, p. 569)

Já o caso do Genocídio Ruandês aconteceu em 1994. Mesmo com a maioria da população pertencente à etnia Hutu, foram os Tutsis que governaram o país durante grande parte do século XX, até 1959, quando foram depostos pelos Hutus. A partir de então, formou-se um grupo rebelde dentro da etnia Tutsi, a Frente Patriótica Ruandesa (RPF), que invadiu Ruanda em 1990 e lutou de maneira contínua, até que um acordo de paz fosse estabelecido em 1993. Todavia, em abril de 1994, um avião que transportava o então presidente de Ruanda, Juvenal Habyarimana – representante Hutu – foi derrubado e o feito foi atribuído à RPF, o que gerou um novo conflito local (BBC, 2014) onde 75% da população Tutsi do país foi aniquilada num período de 100 dias. É importante ressaltar que o genocídio ruandês teve um componente importante ligado ao gênero, já que grande parte das propagandas veiculadas a favor da violência eram contra as mulheres Tutsi (WEISTMAN, 2008, p. 572), como é possível constatar no trecho:

The propaganda targeted Tutsi women in particular, especially in regards to their supposed promiscuity and their feelings of superiority toward Hutu men, who were considered unattractive and lower class. [...] The propaganda depicted Tutsi women as seductress spies, who believed they were far too good for Hutu men. As a consequence, much of the violence was directed at women. (WEISTMAN, 2008, p. 573)

Estima-se que 90% das sobreviventes do genocídio de Ruanda foram sexualmente molestadas, de alguma maneira. E, frequentemente o estupro era apenas o prólogo que levaria à morte. (WEISTMAN, 2008, p. 573)

Ainda segundo Weistman (2008), a diferença entre os conflitos que aconteceram na Bósnia e em Ruanda na década de 1990, é que em Ruanda, o estupro foi pensado como uma forma de destruir as mulheres, enquanto na Bósnia, a ideia era engravidá-las para que pudessem dar à luz novos cidadãos sérvios. Ambos os acontecimentos fizeram com que feministas passassem a destacar a

necessidade de levar a violência sexual contra mulheres em situação de conflito a sério. (SCULLY, 2010, p. 23)

Apesar de o estupro já ter sido usado anteriormente em momentos de conflito, houve uma invisibilização desses ocorridos em diversos momentos da história. No caso do Tribunal de Nuremberg¹⁰, por exemplo, não houve, sequer, referência ao uso do estupro. Em relação ao acontecido em Nanquim, os estupros foram fundamentais para a condenação do General Iwane Matsui por crimes de guerra, todavia, nenhuma das mulheres vítimas dos ataques foi chamada para testemunhar. Já as convenções de Genebra de 1949 chegam a mencionar o estupro, mas não o entendem como uma violação grave que demande algum grau de intervenção. (Ibid. p. 22)

Durante as décadas de 1960 e 1970, as Organizações Internacionais passaram a prestar mais atenção nas experiências das mulheres em momentos de conflito e em 1974, o Conselho Econômico e Social da ONU, passou a resolução 1515, pedindo para que a Assembleia Geral considerasse uma resolução que reforçasse a necessidade de proteção de mulheres e crianças em tempos de guerra, mas essa resolução ainda não fazia menção ao estupro. (Ibid. p. 23)

A década de 1975-85 – chamada de A Década para Mulheres¹¹, da ONU – ajudou a consolidar a atenção aos direitos das mulheres, focando, com frequência, nas ligações entre a violência social e os corpos das mulheres. Em 1992, o CEDAW recomendou que a violência contra mulheres fosse entendida como uma forma de discriminação, sendo considerada como uma violação dos direitos humanos, portanto, os Estados deveriam acabar com esse tipo de violência, fosse ela cometida em esfera pública ou privada. (SCULLY, 2010. p. 23) Todavia, não foi o que uma série de Estados fez – como é possível perceber no caso sírio, a ser explicitado no capítulo a seguir.

¹⁰ Série de julgamentos realizados no pós-Segunda Guerra Mundial contra membros da liderança política, militar e econômica da Alemanha nazista, que ocorreu entre novembro de 1945 e outubro de 1946.

¹¹ *The United Nations Decade for Women*, aconteceu entre os anos de 1975 e 1985 e foi composta de três encontros: o primeiro na Cidade do México para “elevar a consciência” (*consciousness raising*) em relação às questões das mulheres, o segundo em Copenhague para o desenvolvimento de networks e o terceiro em Nairóbi com o tema ligado à solidariedade das mulheres ao redor do globo. Além dos três encontros principais, houve uma série de reuniões de outras agências da ONU, como a UNESCO e a OMS. (ZINSSER, 1990)

Em 1993, durante a conferência da ONU para os Direitos Humanos em Viena, a Comissão Sobre a Situação das Mulheres (*Commission on The Status Of Women – CSW*) recomendou que houvesse uma ação internacional para combater a violência sexual contra a mulher e, como resultado de uma petição com mais de 500 mil assinaturas, delegadas passaram a afirmar que o estupro poderia ser entendido como uma tática de guerra (SCULLY, 2010, p. 23), como aponta o trecho:

As a result of a petition signed by some 500,000 women, delegates also affirmed that rape is a ‘tactic of war’ (Kaplan 2001:299). This led to the Declaration on the Elimination of Violence against Women, adopted by the UN General Assembly (Merry 2001:36), which created the office of Special Rapporteur on violence against women, a post ably filled for years by Radhika Coomraswamy (SCULLY, 2010, p. 23)

Em maio de 1993 foi estabelecido o Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia (TPII), que visava apurar os crimes perpetrados nos conflitos dos Bálcãs e passou, então, a criminalizar os estupros cometidos em tempos de guerra. O estupro foi listado no estatuto do TPII como um crime contra a humanidade. (LOKOT, 2019, p. 851) Além disso, ainda em 1993, um comitê de investigação da comunidade europeia estabeleceu que os estupros e torturas sexuais na Bósnia deveriam ser considerados sistemáticos e elementos táticos sérvios de guerra. (SEIFERT, 1996, p. 35)

Em 1995, as Nações Unidas estabeleceram o Tribunal Penal Internacional para o Ruanda (TPIR), que visava “processar as pessoas responsáveis por genocídio e outras violações grave do Direito Internacional Humanitário cometida no território de Ruanda e Estados vizinhos entre 1 de janeiro de 1994 e 31 de dezembro de 1994” (UNICTR, sd). O ICTR foi o primeiro tribunal internacional a proferir vereditos em relação ao genocídio e o primeiro a interpretar a definição de genocídio estabelecida na Convenção de Genebra¹² de 1948. Além disso, foi o

¹² Na Convenção de Genebra de 1948 (que entrou em vigor em 1951) entende-se por genocídio: “os atos indicados a seguir, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: assassinato de membros do grupo; atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo e a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL, 1952)

primeiro tribunal internacional a definir o estupro no direito penal internacional e a reconhecer o estupro como um meio de perpetrar genocídio. (IRMCT, sd)

O julgamento do ICTR para Jean-Paul Akayesu – um dos políticos responsáveis por autorizar e perpetrar assassinatos e outras formas de ódio a cidadãos Tutsi durante o genocídio de 1994 – continha a primeira definição internacional de estupro como “invasão física de natureza sexual, cometida contra pessoas sob circunstâncias coercitivas” (ICTR, 1995) e, este caso foi significativo no posicionamento do crime de estupro, já que a palavra “invasão” contida na definição era um desvio da maioria das definições existentes no direito até então, que listavam apenas os atos que constituíam a penetração física. (LOKOT, 2019, p. 851)

Devido aos acontecimentos anteriormente destacados a uma série de outros fatores relacionados a estes conflitos, em outubro de 2000, o Conselho de Segurança da ONU adotou a Resolução 1325 e, anos mais tarde, em 2008, a Resolução 1820, que enfatizam os danos sofridos pelas mulheres e meninas em tempos de guerra e destacam a importância da participação dessas meninas e mulheres na construção e na manutenção da paz, bem como na reconstrução pós-conflito (SCULLY, 2010, p. 24), como aponta o fragmento a seguir, retirado da Resolução 1325:

Reafirmando o importante papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na consolidação da paz, e sublinhando a importância de que participem em pé de igualdade e se envolvam plenamente em todos os esforços para a manutenção e a promoção da paz e da segurança, e a necessidade de aumentar sua participação no processo decisório em relação à prevenção e à resolução de conflitos. [...] Reconhecendo que a compreensão do impacto dos conflitos armados sobre as mulheres e meninas e arranjos institucionais eficazes para garantir a proteção delas e sua participação plena nos processos de paz podem contribuir significativamente para a manutenção e promoção da paz e segurança internacionais. (ONU, 2000)

A partir desse apanhado histórico, é possível começar a entender o porquê o discurso do estupro como uma arma de guerra tornou-se um “lugar comum” após o reconhecimento legal da prática como uma estratégia sistemática de guerra (LOKOT, 2019, p. 845).

2.1.1. A relação entre gênero e violência sexual

O entendimento de que havia a possibilidade da utilização de tal tipo de violência como um aparato disponível para a dominação do inimigo, fez com que muitos povos enraizassem a ideia do estupro como uma alternativa para a desmoralização de uma sociedade e para reforço de um ideal de masculinidade desenvolvido a partir da feminilização do outro.

De acordo com Baaz e Stern (2013), há uma diferenciação entre a história genderizada¹³ e a história sexualizada¹⁴ do uso do estupro como uma tática de guerra. Segundo as autoras, o estupro é visto como parte integrante da guerra porque esta é – supostamente – promovida por homens e, homens estão sujeitos às suas necessidades heterossexuais (biologicamente orientadas), ou seja, homens estupram. (BAAZ e STERN, 2013, p. 17)

Conforme este lado da história, a libido do soldado seria entendida como uma “força natural formidável” que demanda satisfação sexual (idealmente de mulheres), ou seja, manter relações sexuais múltiplas e exibir potência sexual seria algo visto como um efeito “natural” da heterossexualidade masculina. Segundo essa linha de pensamento – chamada de “impulso sexual” ou “teoria da panela de pressão” –, o estupro durante a guerra é resultado dos desejos heterossexuais dos homens, que advém de sua constituição biológica.¹⁵

Ainda atrelada à história sexualizada, há a justificativa de que a guerra suspenderia as restrições sociais que impediriam os homens de serem os animais sexuais que “naturalmente” são ou poderiam ser, caso não houvesse uma fiscalização – por assim dizer – por parte do Estado ou de outras entidades. Essa ideia reproduz a noção de que meninos e homens são entidades biológica e ontologicamente anteriores e que seguirão um certo caminho predestinado que os levará a ser “cidadãos civilizados”, se mantidas as condições adequadas. (BAAZ e STERN, 2013, p. 18)

¹³ Tradução livre do termo “*gendered story*”.

¹⁴ Tradução livre do termo “*sexed story*”.

¹⁵ SEIFERT, 1996; PAGLIA, 1992; THORNHILL e PALMER, 2000 apud BAAZ e STERN, 2013, p. 17

Por outro lado, de acordo com a história genderizada, o estupro em conflitos seria visto como uma ferramenta efetiva de humilhação e intimidação, o que comporia, de maneira vital, a ideia do estupro como uma estratégia de guerra. Em vez de ver as forças armadas como um meio através do qual meninos poderiam atingir o seu “potencial natural” como homens, teóricas feministas destacam como homens e meninos – da mesma forma que mulheres e meninas – aprendem a ser “masculinos” e violentos nas forças armadas por meio de métodos projetados especificamente para criar soldados que não só são capazes, mas estão dispostos a matar para proteger o Estado ou a Nação.¹⁶

Inserida neste discurso, existe a produção e o incentivo de uma masculinidade onde, segundo Baaz e Stern (2013):

[...] o homem é classificado como o cidadão-soldado heterossexual. Enquanto isso, as mulheres – e o ‘feminino’ – são, frequentemente, associadas a uma necessidade de proteção, com paz e a capacidade de ‘dar a vida’; essas associações servem como contrapartida necessária à suposta ‘masculinidade’ de proteger, guerrear e matar. (BAAZ e STERN, 2013, p. 20)

Neste sentido, a masculinidade “desejada” que é produzida a partir de um ambiente militar, celebraria a violência, a ordem e uma obediência e dominação masculina. Portanto, tudo que é associado ao ‘feminino’ é visto como indesejado. (Ibid. p. 20) Sendo assim, matar a “mulher interior” se torna necessário para soldados na tentativa de atingir os mitos da masculinidade militarizada. (WHITWORTH, 2004, p. 176 apud BAAZ e STERN, 2013, p. 20)

Essa linha de pensamento pode refletir de maneira negativa quando se percebe que ela está construída sobre a noção de que a identidade é um processo contínuo que nunca pode ser totalmente concluído, portanto, o cumprimento de qualquer posição de identidade é impossível e fadado ao fracasso. (BUTLER, 1990 apud BAAZ e STERN, 2013, p. 21) A partir dessa ideia, o sentimento de “masculinidade falha”¹⁷ pode ser entendido como um dos maiores contribuintes

¹⁶ Tradução livre. “*Instead of seeing the military as a venue through which boys can achieve their natural potential as men, feminist research underscores how men/boys (and women/girls) learn to be ‘masculine’ and violent in the military through methods specifically designed to create soldiers who are able (and willing) to kill to protect the state/nation.*” (BAAZ e STERN, 2013, p. 20)

¹⁷ Tradução livre do termo “*failed masculinity*”.

para a violência sexual, já que o estupro se torna uma maneira de tentar recuperar a masculinidade e o poder. (BAAZ e STERN, 2009)

Ainda de acordo com Baaz e Stern (2013), a maior diferença entre os dois pontos de vista apresentados anteriormente – a história sexualizada e a história genderizada – seria que, numa narrativa genderizada, a divisão entre vítima e perpetrador não necessariamente se baseia na diferenciação entre machos e fêmeas – ou seja, corpos biologicamente masculinos ou femininos. De acordo com este argumento e baseando-se na questão da masculinidade militarizada, as autoras apontam que:

[...] os humanos que cometem estupro são genderizadamente¹⁸ masculinos; a masculinidade é aprendida como um atributo. [...] As vítimas dessa violência são genderizadamente femininas – comumente referindo-se ao sexo biológico –, mas isso também inclui corpos biologicamente masculinos que são, simbolicamente, feminizados a partir do estupro. (BAAZ e STERN, 2013, p. 22)

Portanto, dar enfoque à ideia de que a violência sexual é genderizada, significaria, conseqüentemente, dar enfoque em como a masculinidade e a feminilidade atuam, impactam e influenciam nos corpos biologicamente femininos e masculinos, ou seja, em como o gênero é capaz de produzir a violência sexual. Sendo assim, o “problema” estaria no gênero – como um atributo passível de ser adquirido – e não na essência do homem. (BAAZ e STERN, 2013, p. 2) Portanto, “se as mulheres são violadas na guerra por serem mulheres e são violadas nas ruas, nos lares, por serem mulheres, o fio condutor dessa violência é o gênero.”¹⁹

2.2. Estupro como arma de guerra: o discurso

Apesar de o discurso ser parte integrante e, portanto, não-dissociável da historiografia, aqui, para fins de melhor compreensão, analisaremos como as questões explicitadas na subseção anterior foram responsáveis por construir um discurso pré-fabricado – e limitante – do estupro e como esse discurso impacta na

¹⁸ Tradução livre do termo “gendered”.

¹⁹ THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Da Guerra à Paz: os Direitos Humanos das Mulheres. Instrumentos Internacionais de Proteção. Porto Alegre, 1997, p. 5 apud FALCÃO, 2015, p. 8

maneira com que outras violências de gênero são vistas e noticiadas em momentos de conflito e pós-conflito.

Ainda que a percepção do estupro como arma de guerra tenha sido alcançada e que existam, de fato, uma série de documentos e resoluções internacionais que abordem este assunto, qualquer estrutura para compreensão e correção de problemas complexos, como é o caso da violência sexual na guerra, está fadada a ser limitada e limitante. (BAAZ e STERN, 2013, p. 2) É possível argumentar que a estrutura dominante para compreender e abordar o uso do estupro como arma de guerra se tornou tão coerente, universalizada e bem-estabelecida que pensar a partir de outras perspectivas – por exemplo, no tratamento recebido pelas vítimas, ou em como se organizam os perpetradores – tornou-se difícil. (Ibid. p. 2)

Para além das questões que englobam o estupro, em si, existem uma série de outras violências de gênero perpetradas em conflitos – como gravidez forçada, mutilação genital e tortura – que recebem menos atenção e, portanto, recursos, dos grandes veículos de mídia e de outras organizações, bem como outras vítimas que não apenas mulheres que, por não serem mencionadas ou amparadas de forma tão ampla, acabam sendo negligenciadas.

Este trabalho tem como objetivo explicitar a forma pela qual a hipervisibilização do estupro como tática de guerra contribui para que outras violências de gênero sofridas durante ou no pós-conflito sejam invisibilizadas ou silenciadas. Nesta seção, será possível compreender como a construção de um discurso, de certa forma coerente, sobre o estupro como arma de guerra contribui para a exclusão de outras violências de gênero.

Levando essas questões em consideração, é preciso entender, primeiro, do que se trata um discurso. Como apontado no trecho a seguir:

We understand discourses to be historically, socially and institutionally structures of representation, and partial, temporary closures of meaning. Importantly, discourses function by giving a semblance of cohesion, order and closure. They make sense. (BAAZ e STERN, 2013, p. 8)

Apesar de discursos “fazerem sentido”, é importante frisar que não existe algo como um discurso imparcial ou neutro, uma vez que neutralidade e imparcialidade são construções ideológicas e, ao enunciar qualquer discurso, já há

um posicionamento, seja ele explícito ou implícito. (DANTAS, 2013) Portanto, sempre que um discurso é pensado e, então, construído, ele parte de uma visão ou análise específica de uma determinada situação. Sendo assim, todo discurso abre margem para exclusões.

Segundo Baaz e Stern (2013, p. 9), discursos, mesmo que os mais dominantes, são apenas “reparos provisórios”, portanto, nunca são completos, mesmo que surjam mascarados como uma totalidade universal. Conforme apontam Baaz e Stern,

Instead, discourses are always inherently unstable, because of their relation to other discourses and their being constituted through difference and the inevitable contestations they incite (Weldes et al. 1999:9) They therefore can never fully succeed in homogenizing meaning. (BAAZ e STERN, 2013, p. 9)

Assim sendo, todo discurso pode ser contestado e revisitado. No caso da violência de gênero, tentar enquadrá-la de maneira a deixá-la em termos “compreensíveis”, reproduz uma série de exclusões que, por si só, podem afetar análises e causar danos. (ŽIŽEK, 2009 apud BAAZ e STERN, 2013, p. 15)

2.2.1. Problematizando o discurso do estupro como arma de guerra

Apesar de a inclusão das definições de estupro como arma de guerra em documentos internacionais ter significado uma grande mudança no entendimento da violência de gênero por parte de uma série de atores políticos internacionais, é seguro dizer que esta narrativa tem um lado obscuro.

O estupro como arma de guerra tem se mostrado como uma estratégia efetiva e parte dessa efetividade está ligada ao fato do estigma e do silêncio que estão atrelados a essa prática. (BOESTEN, 2010, p. 111) Esse estigma e silenciamento são parte do motivo pelo qual autoras como Jelke Boesten e Michelle Lokot mencionam a falta de “significado político” que é atribuído ao estupro – e outras violências sexuais – por parte de instituições, tornando-as, assim, negligenciadas em oposição a narrativa do estupro como arma de guerra.

A narrativa do estupro como arma de guerra pode, portanto, invisibilizar outras violências sexuais e de gênero que não se encaixam na definição delimitada oferecida por esse discurso (BOESTEN, 2010, p. 111), previamente mencionada neste trabalho. Por consequência dessa definição, outras violências que surjam a partir dos processos de reconciliação ou reconstrução no pós-conflito, como: exploração sexual (Ibid. p. 111), mutilação genital, gravidez forçada, abortos induzidos por terceiros e uma série de outros atos presentes no pós-guerra, acabam sendo ofuscadas por não se encaixarem diretamente nessa narrativa.

Segundo Lokot (2019, p. 853) o entendimento do estupro como uma arma de guerra e a apropriação dessa construção legal por agências humanitárias, faz com que o estupro fora de momentos de guerra seja classificado como “apolítico” e de menor prioridade se comparado àqueles acontecidos em conflitos. Quando o estupro só é abordado pelos tribunais internacionais no contexto de crimes contra a humanidade e/ou genocídio, ele passa a não ser visto como um crime por si só, reforçando, assim, a ideia de que “a violação do corpo de uma mulher é secundária à humilhação do grupo como um todo”. (CHARLESWORTH, 1999 apud LOKOT, 2019, p. 853)

Conforme afirmam Baaz e Stern (2013, p. 43), a narrativa do estupro como arma de guerra é frequentemente oferecida como se fosse autoexplicativa. Usar essa narrativa como uma caracterização e/ou explicação para certos atos de violência e para as consequências advindas deles, requer pouca argumentação ou apoio em pesquisas empíricas. Todavia, ir de encontro ao que constitui o discurso do estupro como arma de guerra é correr o risco de ser enquadrada como retrógrada ou apoiadora do patriarcado por questionar a veracidade e a generalização do termo, mesmo que a demanda seja apenas por contextos mais específicos ou análises mais minuciosas. (Ibid. p. 43) É preciso reforçar que a ideia aqui não é abolir o termo “estupro como arma de guerra” ou torná-lo menos significante, nem, de forma alguma, desacreditar das vítimas deste tipo de violência, mas, sim, incluir outras diversas formas de violência de gênero perpetradas em momentos de conflito e pós-conflito sob o holofote do debate internacional.

Existe uma série de perguntas não-respondidas – segundo Boesten (2010, p. 113) – pela narrativa do estupro como arma de guerra, por exemplo: o estupro

durante o conflito tem as mesmas raízes que aqueles cometidos em “tempos de paz”? Seria o estupro algo extraordinário e, se esse for o caso, quem o determina dessa forma? E, se o estupro em tempos de guerra é uma forma extremamente violenta de atacar corpos individuais e comunais²⁰, então o estupro em “tempos de paz” seria ordinário?

Tratar o estupro na vida cotidiana como ordinário ou “menos pior” do que estupros em momentos de conflito é só mais uma forma de silenciar os traumas e sofrimentos de mulheres que, mais do que vítimas, são sobreviventes desse tipo de violência. Quando o estupro durante a guerra é visto como “excepcional”, essa concepção acaba por afetar como as sobreviventes são tratadas, ou seja, mulheres que sofrem este tipo de violência durante conflitos são acolhidas – ainda que não de maneira ideal – enquanto mulheres que sofrem com violências de gênero no cotidiano são negligenciadas. (LOKOT, 2019, p. 853) *“If an act of GBV is not linked to war, then the danger is that it may therefore be disregarded entirely.”* (Ibid. p. 853)

Conforme a definição do Estatuto de Roma, o estupro é considerado um crime contra a humanidade quando “cometido como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra uma população civil que tenha conhecimento do ataque”²¹ e um crime de guerra quando “cometido como parte de um plano ou política, ou como parte de uma prática em larga-escala desses crimes”.²² Enquanto isso, a definição de violência sexual como arma de guerra ou tortura é entendida como:

Sexual violence as a form of torture is defined as any act or threat of a sexual nature by which severe mental or physical pain or suffering is caused to obtain information, confession or punishment from the victim or third person, intimidate her or a third person or to destroy, in whole or in part, a national, ethnic, racial or religious group. (ACNUR, 2003, p. 17)

Todavia, definições como essas, onde os crimes de estupro precisam estar ligados à uma estratégia maior, ilustram como crimes cometidos contra a “coletividade” recebem mais atenção do que aqueles que acontecem dentro da

²⁰ Tradução livre do termo “*communal bodies*”.

²¹ Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, artigo 7, mencionado em Lokot (2019).

²² Ibid. artigo 8.

esfera privada do indivíduo. (CHARLESWORTH, sd, p. 62 apud LOKOT, 2019, p. 854)

Para além do exposto por Charlesworth, o fato de que os estupros precisam acontecer em larga-escala para serem considerados “puníveis” é alarmante. Exigir que esses atos de violência ocorram em larga-escala também reforça a ideia de que o estupro precisa de “algo a mais” para ser levado em conta. (LOKOT, 2019, p. 854) Por exemplo, no julgamento de Germain Katanga²³ – ex-militar congolês acusado por uma série de crimes incluindo: tortura e assassinato – o TPI julgou que os atos de estupro e escravidão sexual perpetrados pelo acusado não fizeram parte do “propósito comum” do grupo liderado por Katanga de destruir o local atacado, segundo Lokot (2019, p. 854), *“the Court seemed to require a higher standard for sexual violence crimes compared to murder, pillaging and property destruction, which were successfully prosecuted.”*

Além do caso de Katanga, durante o julgamento de Uhuru Kenyatta²⁴, em 2011, o Tribunal Penal Internacional classificou atos de circuncisão forçada e amputação peniana como violência étnica, e não sexual. De acordo com Lokot (2019, p. 852), quando a violência sexual é estreitamente enquadrada para se referir apenas ao estupro, ela reforça a hierarquia e posição de superioridade do estupro sobre outros tipos de violência de gênero que acontecem durante os conflitos.

Apesar da natureza política do estupro em tempos de guerra, inúmeras outras formas de estupro – e, também, violência – são despolitizadas e invisibilizadas (BOESTEN, 2010, p. 113) quando a narrativa do estupro como crime de guerra é prevacente. As questões levantadas pelas narrativas

²³ Katanga é ex-militar integrante da Força de Resistência Patriota de Ituri (FRPI), grupo armado da província de Ituri, na República Democrática do Congo que, em 2003, liderou um ataque na vila de Bogoro, onde rebeldes, a comando de Katanga, mataram mais de 200 civis e escravizaram mulheres e meninas para fins sexuais. Em 2007, autoridades congoleas entregaram o militar ao Tribunal Penal Internacional para que ele fosse julgado por seis crimes de guerra e três crimes contra a humanidade. (TPI, 2007) Em março de 2014, Katanga foi considerado culpado e foi condenado a cumprir 12 anos de prisão por uma acusação de crime contra a humanidade (assassinatos) e quatro acusações de crimes de guerra (assassinato, ataques à população civil, destruição de propriedade e saques). Apesar das acusações, Katanga não foi condenado pelos crimes sexuais e violências de gênero conduzidos durante o ataque de 2003. (TPI, s.d)

²⁴ Uhuru Muigai Kenyatta, atualmente presidente do Quênia, foi indiciado como suspeito de cometer crimes contra a humanidade por planejar e financiar a violência em Naivasha e Nakuru, durante a crise no Quênia entre 2007 e 2008. Dentre as violências cometidas, estavam acusações de procedimentos (circuncisão e amputação peniana) forçados. Em outubro de 2011, as acusações foram retiradas por “insuficiência de provas”. (TPI, s.d)

sexualizadas e genderizadas do estupro – trazidas por Baaz e Stern, e mencionadas anteriormente – servem como um ponto de partida para uma análise que nos diz muito sobre estupros em tempos de guerra e estupros em tempos de “paz”. *“The idea that men cannot control their natural sex drive and ‘deserve’ to satisfy their desires is, of course, not unique to wartime.”* (BOESTEN, 2010, p. 121)

Em suma, se levarmos em consideração apenas a teoria de uma “arma de guerra”, como seria possível entender uma série de outros estupros cometidos? Como entenderíamos o estupro de mulheres que já foram torturadas? Como entenderíamos o estupro de mulheres à beira da morte? O que aconteceria com grupos de homens que torturam e matam em conjunto, e que, quando o “objeto de intimidação” já está morto, continuam estuprando do mesmo jeito?²⁵

Segundo Boesten (2010, p. 122), existem testemunhos de soldados que sugerem que, em muitos casos, grupos de soldados “assistiam alegremente” enquanto seus companheiros estupravam mulheres que já estavam mortas ou que estavam prestes a morrer. Portanto, tanto o discurso do estupro como “história sexualizada”, quanto a ideia de que eles servem apenas como “tática ou estratégia de guerra” tornam-se falhas. É evidente, a partir dessa série de relatos, que, mais do que uma forma de humilhar, intimidar e coagir a vítima, o estupro é, ainda, uma maneira de garantir que homens – e sua masculinidade – serão tidos como superiores às mulheres – e sua feminilidade –, seja em tempos de guerra ou de paz.

Isto posto, *“if we believe the argument often put forward that war exacerbates existing violences, then violence against women in wartime merely reflects structural gender inequality. There is a continuum of violence.”* (Ibid. p. 114) Portanto, é possível afirmar que ataques sexuais às mulheres são processos históricos e sociais realizados coletivamente (SEIFERT, 1996, p. 36) e que, meramente, se estendem ou intensificam em períodos de conflito.

Esse *continuum* de violência foi mencionado na literatura pela primeira vez por Elizabeth Ferris, enfatizando como as mulheres são submetidas a diferentes

²⁵ Questões levantadas por J. Boesten (2010, p. 122) em tradução livre. *“If we only consider the weapon-of-war thesis, however, how could we understand the continuous rape of a woman who has already been tortured to death? Or the rape of almost dead women, literally at the edge of their graves? What happens to groups of men who torture and kill together, and who, when the object of intimidation has died, continue to rape?”*

formas de violência sexual e de gênero durante o conflito, bem como no processo de fuga e refúgio. (KRAUSE, 2005, p. 4) Pouco tempo depois, Cynthia Cockburn foi a responsável por discutir como esses momentos de violência estão conectados e presentes em momentos de “paz”, conflito e pós-conflito, enfatizando o desequilíbrio de poder existente entre homens e mulheres. (Ibid. p. 4)

Por fim, é possível dizer que o entendimento do estupro – e da violência sexual como um todo – como arma de guerra foi o responsável por trazer luz às atrocidades cometidas contra mulheres ao longo de décadas e dezenas de conflito. Todavia, a narrativa do estupro como arma de guerra limita a compreensão de outros tipos de violência sexuais e de gênero como partes integrantes de conflitos e, ainda, o entendimento de como essas violências podem estar presentes, também, no pós-conflito.

2.2.2. Outras violências de gênero em momentos de conflito

Na subseção anterior, para além do estupro especificamente como arma de guerra, foram mencionadas outras violências sexuais e de gênero presentes tanto em tempos de conflito quanto no pós-conflito. E, mesmo que muitas das oportunidades que desencadearam o acontecimento desse tipo de violência sejam oriundas de conflitos, nem sempre os objetivos dessas violências são estratégicos ou destinados a um povo específico. (BOESTEN, 2010, p. 123)

De acordo com Kimberly Theidon, a relação entre vítimas e perpetradores tem, normalmente, mais nuances do que o conceito binário nos permite pensar. (THEIDON, s.d apud BOESTEN, 2010, p. 123) *“In most wars, the relationship is not clear-cut, and the breakdown of the existing social order opens the way for a variety of shadowy activities.”* (BOESTEN, 2010, p. 123) Para além de pensar a relação entre vítima e perpetrador como algo exclusivo do conflito, como combatente e civil, por exemplo, é possível tratarmos de violências domésticas, ou seja, entre civis, que tenham ligação direta com o conflito em curso.

Segundo Henríquez e Mantilla (apud BOESTEN, 2010, p. 123), a violência de gênero doméstica e/ou na própria comunidade tende a aumentar em áreas devastadas pela guerra,

Existing disputes were enlarged, new conflicts emerged and, sometimes, labels and loyalties shifted. Gendered forms of manipulation and torture were deployed not only by the 'formal' combatants but also by communities to define loyalties. (BOESTEN, 2010, p. 123)

Em casos de estupro, por exemplo, a visibilidade torna-se ainda menor quando acontecem em escala doméstica ou dentro da própria comunidade, onde tendem a ser cometidos por parentes, vizinhos ou conhecidos. (Ibid. p. 123) Segundo Card (1996, p. 6), um aspecto importante do estupro civil – bem como do marcial²⁶ – é que ele se trata de um instrumento de domesticação, sua mensagem é diretamente destinada às meninas e mulheres de que o controle que elas têm de seus corpos são, de certa maneira, concedidos pelos homens, portanto, o único controle que elas têm sobre si mesmas é concedido por homens.

Dentre as outras violências sexuais e de gênero mencionadas em trabalhos acadêmicos e relatórios de organizações internacionais, é possível destacar uma série de práticas que só reforçam a ideia de que a mulher é, de fato, o maior alvo dessas violências, como aponta Judith Herman:

The subordinate condition of women is maintained and enforced by the hidden violence of men. There is war between the sexes. Rape victims, battered women, and sexually abused children are its casualties. (HERMAN, 1992, p. 28-32 apud CARD, 1996, p. 6)

Abuso sexual, exploração sexual, prostituição forçada, sodomia forçada, assédio sexual, gravidez forçada, mutilação genital e abortos induzidos estão entre a lista de violências cometidas contra mulheres em tempos de guerra. Políticas de gravidez e maternidade forçada, como aquelas acontecidas na Bósnia, por exemplo, são perpetradas de maneira a assegurar que as mulheres do grupo étnico adversário darão à luz aos filhos de seus inimigos, ou seja, essas mulheres servem como receptáculos que repassam a identidade paterna (WEISTMAN, 2008, p. 565), de maneira e corroborar a ideia de limpeza étnica.

²⁶ Por estupro marcial entende-se aquele que está ligado à guerra.

Analisando mais uma vez os acontecimentos em Ruanda, estima-se que 90% das sobreviventes do genocídio foram sexualmente molestadas de alguma maneira. (WEISTMAN, 2008, p. 573) E, de acordo com relatos,

Pregnant women were sliced open and the fetuses removed from their bodies. [...] rape was merely a prelude to death. Some of the women were penetrated with tools of all sorts – spears, gun barrels, bottles, or the stamens of banana trees. Women’s sexual organs were mutilated with machetes, boiling water, and acid, and their breasts were cut off. (WEISTMAN, 2008, p. 573)

Dessa forma, mesmo que não participem efetivamente da guerra – como combatentes –, “*in war zones, women apparently always find themselves on the frontline*” (SEIFERT, 1996, p. 36). Essa afirmação de Seifert faz-se presente, também, em âmbitos “domésticos”. De acordo com Pohl (apud SEIFERT, 1996) houve um aumento no número de estupros cometidos em Israel durante a Guerra do Golfo em 1991, bem como nas partes da antiga Iugoslávia que não estavam envolvidas na guerra,

According to information from the emergency hotlines in Belgrade, the incidence of sexual violence against women has increased 100%. From Zagreb it was reported that death threats against women and rape even within the family increased by at least 30% after the outbreaks of violence. Especially after TV broadcasts with a nationalistic bias, an immediate surge in anti-female violence could be observed. (POHL, 1992, p. 157 apud SEIFERT, 1996, p. 42)

Além das situações já apresentadas, uma pesquisa da *International Planned Parenthood Federation* (IPPF) aponta que, na Síria, a crise – que se estende desde 2011 – tem tomado proporções devastadoras sobre as comunidades e a vida local, impactando diretamente no aumento da violência doméstica. Segundo o relatório, uma média de 46 mil mulheres sofrerão com alguma violência de gênero, incluindo estupro, por conta do conflito, (IFFP, s.d, n.p) do qual trataremos no capítulo a seguir.

2.3. Considerações finais

Apesar de um longo caminho já ter sido percorrido desde a década de 1990, ainda existem problemas a serem resolvidos para que o discurso do estupro como

arma de guerra deixe de invisibilizar ou, pelo menos, minimizar outras violências sexuais e de gênero.

Em todos os debates levantados até aqui em relação ao uso da violência sexual, o que falta é a participação ativa de mulheres (LOKOT, 2019, p. 854). É preciso que, cada vez mais, haja espaço para que as vítimas e sobreviventes destes tipos de práticas sejam ouvidas, diferente do que aconteceu no caso das mulheres de conforto em Nanquim e em muitos dos julgamentos na antiga Iugoslávia, por exemplo,

Neither international nor domestic trials adequately addressed these multiple forms of violence against women, and neither was focused on the interests of the victims. (EWL, 2017)

Em maio de 2015, em Sarajevo, capital da Bósnia e Herzegovina, mulheres testemunharam publicamente sobre suas experiências de violência étnica e sexual, além dos danos econômicos causados pelo conflito da década de 1990. Até 2017, já haviam sido registradas sete reuniões regionais de testemunhas e outras dezessete apresentações públicas do Tribunal da Mulher²⁷, cujo objetivo é organizar “mini tribunais” femininos locais para lidar com questões de violência e discriminação étnica, crimes de guerra não-processados e violação dos direitos das mulheres.

Iniciativas como as do Tribunal da Mulher ajudam a dar uma nova interpretação para as violências de gênero direcionadas às mulheres, sejam elas em tempos de guerra ou de paz. A partir de uma análise feminina – e feminista – ativa, a compreensão dessas práticas poderá ser ampliada a fim de compreender outras definições de violência que não aquelas já hipervisibilizadas, permitindo, assim, que mais recursos sejam destinados às vítimas e à prevenção dessas violências.

Por fim, é preciso buscar o entendimento do que é o estupro para as mulheres que foram estupradas, para que a narrativa delas não passe a ser simplificada a ponto de se tornar um mero pano de fundo para os trâmites legais. (LOKOT, 2019, p. 854-855)

²⁷ O Tribunal da Mulher trata-se de uma iniciativa organizada por sete membros do Conselho de Iniciativa (do inglês, *Initiative Board*), quase todos países da ex-Iugoslávia, no final de 2010. O Tribunal trata-se de um espaço para que “mulheres possam usar suas vozes e testemunhos para combater as injustiças que experienciaram durante tempos de guerra e/ou tempos de paz.” (WOMEN’S COURT, sd) Disponível em: <http://www.zenskisud.org/en/o-zenskom-sudu.html> Acesso em: 09 dez. 2020

3. O caso da Síria

Como mencionado na seção anterior, este trabalho, a fim de explicitar algumas questões relacionadas ao uso da violência sexual em momentos de conflito e pós-conflito, tem como estudo de caso a Síria. Porém, para que seja possível compreender o envolvimento da GBV no que vem acontecendo em território sírio nos últimos anos, é necessário contextualizar o conflito – a partir de um apanhado histórico –, a organização econômica-social local e como as questões de gênero – e, por consequência, as mulheres – são entendidas dentro dessa sociedade.

3.1. A construção do Estado Sírio: contexto histórico

A disputa étnica – e religiosa – pelo poder é uma constante na história síria, desde a época da própria formação do Estado Sírio²⁸. Na antiguidade, o território que hoje conhecemos como Síria (nome genérico de região entre a península de Anatólia, a Turquia e o Sinai) era objetivo constante de outras civilizações, desde os egípcios – que acreditavam que esta seria uma porta de entrada ao país – aos persas – que viam na região uma ponte para o império que projetavam. (INSTITUTO DEL TERCER MUNDO, 2007)

A “arabização”²⁹ do território aconteceu entre os anos de 660 e 750 com os califas da Ummaia, que tornaram Damasco a capital do império. Anos mais tarde, os Abbas mudariam a capital para Bagdá – onde o califado tinha maior apoio – e, embora a Síria tenha mantido sua importância econômica e cultural, houve uma perda considerável do peso político de Damasco. No século XIII, a Síria se tornou uma província virtual do Egito e, três séculos depois, por volta do ano de 1500, o controle do país foi deixado para o Império Otomano³⁰.

²⁸ Fragmentos do contexto histórico Sírio foram retirados do *Guia del Mundo* de 2007 e podem ser acessados em: <<http://www.guiadelmundo.org.uy/cd/>>

²⁹ Tradução livre do termo “*arabización*”.

³⁰ (INSTITUTO DEL TERCER MUNDO, 2007)

Por conta da presença de cruzados no território sírio, houve o fortalecimento de comunidades cristãs na região – principalmente da comunidade maronita³¹ – o que, futuramente, acabou servindo como pretexto para a ingerência europeia do século XVII. Quando o egípcio Maomé Ali conquistou a Síria em 1831 e passou a cobrar impostos que provocaram rebeliões locais envolvendo cristãos e muçulmanos, as potências europeias aproveitaram-se desse pretexto para intervir na região e, a partir de então, delegaram aos franceses a “proteção dos cristãos sírios”. A partir de 1840, houve uma retirada egípcia e a restauração do domínio otomano. (INSTITUTO DEL TERCER MUNDO, 2007)

Pouco depois dos massacres de junho de 1860³², tropas francesas desembarcaram em Beirute, forçando o governo local a criar uma província separada – o “pequeno Líbano” – que deveria ser governada por um cristão nomeado pelo sultão e aprovado pelas potências europeias. Algumas décadas depois, a partir do acordo de Sykes-Picot³³, Paris e Londres dividiram o crescente fértil que começava na Síria – que, junto com o Líbano, pertencia à França – e se estendia até o Iraque – que, junto com a Palestina e a Jordânia, agora pertencia à Inglaterra, como ilustrado na imagem a seguir.³⁴

³¹ De acordo com a definição de *Oxford Languages*, Maronita é o “relativo ao indivíduo que segue a religião católica de rito sírio e que constitui uma das igrejas uniatas, implantadas principalmente na Síria e no Líbano. A origem do termo vem daquele que é considerado o seu fundador, São Maron.

³² Em 1860 os maronitas, organizados em comunidades localizadas nas regiões montanhosas entre Damasco e Jerusalém, aboliram o sistema feudal vigente e os vizinhos muçulmanos, suprimiram o movimento antes que ele se espalhasse pelo restante do território. Esse acontecimento é chamado de “massacre de junho de 1860”.

³³ Tratado firmado em 1916, durante a Primeira Guerra Mundial, que acabou por partilhar o Oriente Médio entre as duas principais potências da época, a França e o Império Britânico. (BBC, 2016)

³⁴ (INSTITUTO DEL TERCER MUNDO, 2007)

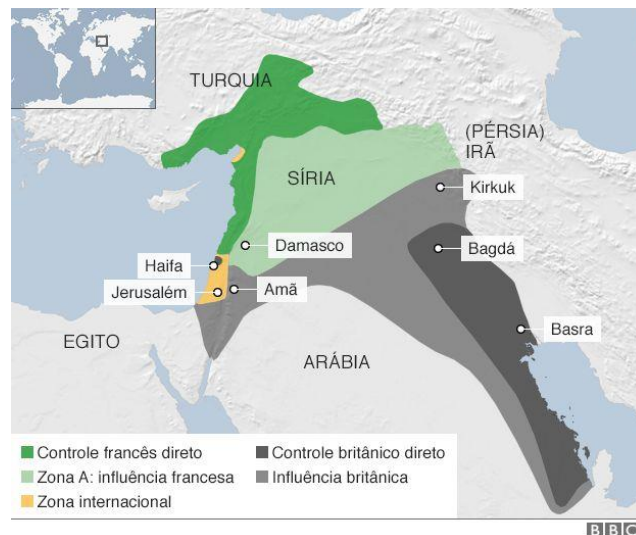


Figura 1: Mapa da divisão e influência das potências europeias sobre o território do Oriente Médio a partir do tratado de Sykes-Picot. Fonte: BBC (2016)

Sem saber do acordo, Faiçal I³⁵ – em árabe: Fayal al-Awwal ibn al-Husayn ibn Alī al-Hāshim – tornou-se rei do Reino Árabe da Síria (ou Grande Síria) em 1920. Todavia, a França ocupou militarmente o país, demandando que Faiçal se retirasse e, dois meses depois, a Síria foi dividida em estados, dentre eles: Damasco, Aleppo e a chamada Grande Síria.³⁶

Por volta de 1936, a França concordou em trabalhar em prol de uma independência, dissolvendo as regiões criadas na década anterior, porém, mantendo um domínio econômico e militar. Em 1941, Charles De Gaulle – o então general e líder das Forças Livres Francesas da Segunda Guerra Mundial – se comprometeu a encerrar o mandato francês na região e, dois anos mais tarde, em 1943, Shukri al-Quwatli é eleito o primeiro presidente da Síria, que se tornaria completamente independente em 1946³⁷. (BBC, 2019)

Durante a década seguinte, a Síria se aliou ao Egito, com quem deu início a uma experiência de unificação, a República Árabe Unida (R.A.U). Todavia, o projeto iniciado pelo então chefe de Estado egípcio, Gamal Abdel Nasser, não

³⁵ Faiçal I foi o responsável por promover a união entre muçulmanos sunitas e xiitas para estimular e promover o pan-arabismo, com o objetivo de criar um único Estado Árabe que englobasse o Iraque, a Síria e o restante do crescente fértil.

³⁶ (INSTITUTO DEL TERCER MUNDO, 2007)

³⁷ Em 24 de outubro de 1945 a Síria torna-se membro-fundador da Organização das Nações Unidas, o que poria fim ao domínio francês. Todavia, as tropas francesas só foram retiradas da região em abril de 1946.

durou muito e em 1961, ambos os países voltaram a ser Estados distintos. Em 1963, a partir de uma revolução popular, o Partido Baath Árabe Socialista – fundado em 1947 – subiu ao poder. Foi, então, em 1970 que o general Hafez al-Assad, através de um golpe de Estado, assumiu o poder do país, introduzindo reformas nas estruturas econômicas e sociais vigentes na época. (INSTITUTO DEL TERCER MUNDO, 2007)

3.2. A guerra civil na Síria

Desde março de 2011 a República Árabe Síria enfrenta uma guerra civil que, até março de 2020, já tinha sido responsável pela morte de mais de 380 mil sírios e pelo êxodo de mais de 11 milhões de pessoas.³⁸ Além do número de mortos e deslocados, o conflito sírio destruiu a infraestrutura do país e gerou uma crise humanitária na região. (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014, p. 1)

Os acontecimentos sírios tiveram início na chamada Primavera Árabe (Ibid. p. 1) – onda de protestos ocorridos em países do Oriente Médio e do Norte da África que acabaram por derrubar uma série de governos ditatoriais – e retomaram uma história iniciada há mais de 40 anos, na década de 1970: a ditadura imposta por Hafez al-Assad.

Ao tomar a presidência em 1970, Hafez al-Assad abriu as portas para que os alauítas³⁹ – que, na época, correspondiam a cerca de 12% da população (SOARES, 2018, p. 1) – dominassem grande parte dos postos governamentais, em detrimento da maioria sunita. (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014, p. 1) Depois de 30 anos de mandato, Bashar al-Assad, filho de Hafez al-Assad, assumiu a liderança no país, mantendo os interesses do grupo alauíta e reforçando restrições já impostas ao povo local.

³⁸ Números e dados extraídos de reportagem produzida pela *Agence France-Presse* (AFP) e traduzida pelo portal UOL em janeiro de 2020

³⁹ Os alauítas são um grupo étnico-religioso do Oriente Médio. Representam cerca de 15% da população síria (uma média de 3 milhões de habitantes), onde dominam as estruturas políticas. O elemento central desta doutrina é a crença em um único Deus, Alá, sendo Maomé o seu último profeta. – Informações extraídas do arquivo *Discovering Islam*, disponível em: <http://www.discoveringislam.org/alawi_sect.htm>

De acordo com Soares (2018), o conflito atual começou a se formar numa pequena província no sul do país, de nome Daraa, onde manifestações – influenciadas por outros movimentos reformistas da Primavera Árabe – foram duramente reprimidas pelo governo, o que inflamou ainda mais a população, fazendo com que essas manifestações se intensificassem. Segundo Soares (Ibid. p. 2), em março de 2011, jovens foram torturados após serem detidos pichando um muro com *slogans* revolucionários, o que desencadeou uma série de protestos no país, como explica o autor:

O fato desencadeou uma série de protestos em todo país que foram acompanhados por uma repressão violenta por parte do Estado. Assim, a resposta também violenta daqueles que se manifestavam resultou na formação de diversos grupos. Alguns eram seculares com ideais liberais e democráticos, outros com profundas raízes islâmicas conservadoras e extremistas, alguns com ideais etnocêntricos e separatistas, como os curdos, que apesar de combaterem igualmente o governo não apresentam uma coerência entre si. (SOARES, 2018, p. 1-2)

Segundo apontou o portal G1 (2013)⁴⁰, embora a população exigisse a renúncia do então presidente Bashar al-Assad, esta não aconteceu. Ainda que não tenha cedido à pressão de renúncia, al-Assad fez concessões para tentar conter os manifestantes. Apesar de ter decretado o fim do estado de emergência – que já durava 48 anos –, de ter feito uma nova constituição e de ter realizado eleições multipartidárias, as medidas não convenceram a oposição que, por sua vez, continuou exigindo sua saída do poder.

Embora existam objetivos em comum, o conflito sírio se caracteriza por uma grande quantidade de grupos envolvidos, que, segundo Soares (2018), podem ser classificados⁴¹ da seguinte maneira:

- Forças do Governo Sírio (ou forças armadas da Síria): são aquelas que se mantêm leais ao atual regime e que tem o apoio dos governos russo e iraniano, além do partido libanês Hezbollah.

⁴⁰ ENTENDA a guerra civil da Síria. G1. 2013. apud SOARES, João Victor Scomparim. A Guerra Civil na Síria: atores, interesses e desdobramentos. **Série Conflitos Internacionais**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-8, fev. 2018. Bimestral. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/serie---a-guerra-civil-na-siria---atores-interesses-e-desdobramentos.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

⁴¹ As definições dispostas dos grupos mencionados são retiradas do documento: A Guerra Civil na Síria: atores, interesses e desdobramentos de João Victor Scomparim Soares, publicado em 2018.

- Grupos rebeldes: apesar de não haver um grupo rebelde unificado, o objetivo entre eles é comum, remover Bashar al-Assad do poder. Segundo Soares (2018), um dos principais grupos rebeldes é o Exército Livre da Síria – formado por civis e militares desertores – que, não só apoiam o fim da ditadura de Assad, mas também lutam contra o Estado Islâmico (EI). Ainda dentro dos grupos rebeldes, pode-se mencionar o Conselho do Comando Revolucionário, uma entidade responsável por tentar acabar com a divergência de mais de 70 grupos rebeldes sírios. “Estima-se haver cerca de 100 mil combatentes rebeldes, alguns com forte tendência extremista e com vínculos com a Al-Qaeda⁴².” (SOARES, 2018, p. 2)
- Grupos jihadistas: a Frente al-Nusra é uma organização jihadista⁴³ composta por combatentes sírios que tem como objetivo “restaurar os mandamentos de Deus na Terra e vingar a honra violada e o sangue derramado dos sírios.” (Ibid. p. 2)
- Curdos: neste grupo estão aqueles que reivindicam a constituição do Curdistão, o que implicaria na perda de território de outros países. Na Síria, a área curda chama-se Rojava e localiza-se no norte do país, na fronteira com a Turquia, além de abrigar mais de 300 mil curdos-sírios. (Ibid. p. 2)
- Estado Islâmico: a atuação deste grupo no conflito sírio tornou-se mais difundida em 2014, quando o grupo tomou controle de grandes áreas na própria Síria e no Iraque, proclamando a criação de um califado⁴⁴. O

⁴² Al-Qaeda (“a base” em tradução direta do árabe) é uma organização fundamentalista islâmica fundada em 1988 por Osama bin Laden – entre outros combatentes da guerra soviética-afegã – constituída por células que disputam o poder geopolítico no Oriente Médio. A Al-Qaeda é considerada uma organização terrorista por diversos atores internacionais, incluindo: a OTAN, a União Europeia e uma série de países.

⁴³ De acordo com a definição do *Oxford Languages*, jihad é a chamada guerra santa muçulmana, ou seja, uma luta armada contra os infiéis e inimigos do Islã. Jihadistas, portanto, são os grupos que acreditam que uma luta violenta é necessária para erradicar obstáculos para a restauração da lei de Deus na Terra e para defender a comunidade muçulmana (ou “*umma*”) contra infiéis. (BBC, 2014).

⁴⁴ O califa é entendido como um sucessor do profeta Maomé e é tido como chefe da nação “*umma*”, a comunidade de muçulmanos. Cabe ao califa aplicar a lei islâmica (“*sharia*”) na terra do Islã. Portanto, califado é o método de organização, governo e liderança comandado por um califa.

principal objetivo do EI na Síria era expandir o califado, mantendo, assim, a capacidade de operar em território sírio. (Ibid. p. 2)

Além dos grupos mencionados, existem outras divisões que também fazem parte do conflito sírio. Todavia, por serem grupos menores e que, majoritariamente, lutam entre si – não só contra o Estado – é difícil mensurar o seu tamanho. Na imagem a seguir é possível entender como se dá a divisão do território sírio entre parte dos grupos presentes no conflito.

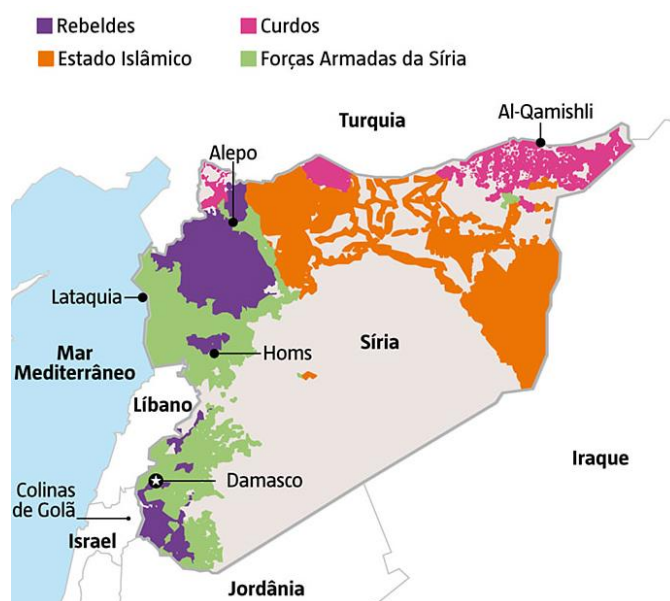


Figura 2: Mapa do território Sírio e as divisões provenientes do atual conflito. Fonte: UOL (2015)

É importante destacar que, ao lado de Bashar al-Assad, existem ainda alguns grupos como a Força Nacional de Defesa, as Brigadas Baath – milícia originária do Partido Baath, de al-Assad, criada como oposição aos grupos rebeldes –, o Exército do Povo – também compreendido como o braço militar do Partido Baath –, além do apoio externo de países como a Rússia, a China e o Irã. (VASCONCELLOS, 2018, p. 4)

Em 2012 o conflito sírio foi classificado pela Cruz Vermelha e pelas Nações Unidas como guerra civil, demandando, a partir de então, a aplicação do Direito Humanitário Internacional e a investigação de possíveis crimes de guerra. (Ibid. p. 5)

3.3. As violências sexuais e de gênero cometidas contra mulheres no conflito sírio

Numa tentativa de acabar com a revolução e se manter no poder, o regime de Bashar al-Assad recorreu à uma série de táticas de repressão, desde tortura até o uso de armas químicas. (FORESTIER, 2017, p. 1) O uso da violência sexual – principalmente contra mulheres – não foi uma exceção, “*massive harassment of female prisoners, sexual assaults and repeated rapes have become part of the repressive arsenal of the Syrian government as it started to feel under threat.*” (Ibid. p. 1)

Apesar do uso dessas táticas, os registros de violências sexuais e de gênero cometidas por parte do governo sírio são escassos, já que a atenção da política internacional tende a estar centrada nas atrocidades cometidas pelo outro lado do conflito, como os crimes do Estado Islâmico (EI), por exemplo, o que causa a impressão – equivocada – de que as violências de gênero oriundas do conflito sírio são exclusivamente perpetradas pela oposição, “*to the utter dismay of survivors of violence committed by the regime.*” (FORESTIER, 2017, p. 1)

Um dos principais motivos para a subnotificação e, conseqüentemente, falta de atenção às violências sexuais e de gênero cometidas durante o conflito sírio, é o estigma social ligado a este tipo de acontecimento. Por medo de causarem desonra às suas famílias, inúmeras mulheres decidem não se manifestar sobre os episódios (FIDH, 2013, p. 13), dificultando, assim, a produção de dados quantitativos completos sobre as ocorrências.

Segundo Weistman (2008, p. 564), o estupro e, conseqüentemente, a violência sexual contra mulheres se torna uma forma de tortura em sociedades patriarcais onde o valor da mulher está atrelado à sua virgindade e, se estuprada, ou violada de alguma maneira, essa mulher passa a não ser aceita dentro da própria sociedade. A questão não é só que o valor das mulheres deriva das relações que elas mantêm com homens, mas também o fato de que a vergonha de se tornar uma vítima é pior do que o ato do crime em si. Em suma, a identidade de uma mulher “*never really stands alone*”, já que ela estará sempre justaposta pelas suas relações sexuais – sejam elas consensuais ou não – com homens. (Ibid. p. 564)

No caso sírio, o medo desse estigma é ainda mais latente, uma vez que a honra de uma família está intrinsecamente ligada à mulher. (FORESTIER, 2017, n.p) Portanto, o abuso sexual é responsável por trazer vergonha e desonra para a família e para a comunidade como um todo. (Ibid. n.p) Essa estrutura patriarcal também é fundamental para permitir que políticas de estupro em massa sejam efetivadas. (WEISTMAN, 2017, p. 576) Segundo Boesten (2010, p. 116), os estupros patrocinados pelo Estado são “interessantes” porque indicam que os estupros em tempos de guerra, geralmente, reproduzem e reforçam hierarquias de gênero já existentes, refletindo um sexismo de longa data.

Segundo normas culturais e religiosas, principalmente de regiões rurais da Síria, mulheres e meninas são proibidas de falarem abertamente sobre problemas íntimos e privados como a violência sexual ou qualquer outra forma de violência destinada à mulher. (FIDH, 2013, p. 13) De acordo com a Comissão Internacional de Inquérito sobre a Síria (IICISyria),

religious beliefs of the Syrian population, as well as cultural and social factors, have left victims of crimes of sexual violence feeling ashamed, traumatized and/or afraid of being stigmatized and thus unwilling to report such crimes, rendering it extremely difficult to document the extent of such crimes. (Ibid. p. 13)

Apesar de ser usado como uma forma de intimidação dos grupos opositores, o estupro no conflito sírio nem sempre se enquadra perfeitamente na definição de “arma de guerra”. Baseando-se numa série de relatos, é possível perceber que as forças estatais sírias, bem como as milícias ligadas ao governo de Assad – chamadas de *Shabiha* – fazem uso da prática apenas para satisfação de seus soldados ou pela degradação que este tipo de violência traria à imagem da mulher, sem necessariamente usar o estupro como um “recurso” para intimidar os oponentes ou obter informações.

De acordo com um relato apresentado no relatório da FIDH, um ex-membro do Exército Livre da Síria aponta que combatentes estupraram e, logo em seguida, assassinaram uma jovem que acreditavam ter relações com um membro da oposição,

I saw elements with the FSA kidnap a pretty girl known for her relations with a young man. Her kidnapers from the FSA raped her, then they killed her so she couldn't expose them. They threw her body in front of

her home and spread the Syrian army had done it [...] (FIDH, 2013, p. 13)

Na situação narrada no relato anterior, um questionamento se faz presente: se a intenção era assassinar a jovem, por que estuprá-la? Uma vez que o estupro não foi usado como um recurso para obter informações, nem para torná-la “inválida” perante sua família e comunidade ou para causar desonra àqueles próximos a ela, por que, ainda assim, estuprá-la?

Muitos dos atos de violência sexual perpetrados durante o conflito sírio estão mais ligados à sensação e manutenção de poder e hierarquia entre os gêneros do que, de fato, à uma estratégia de guerra. A humilhação é um componente frequente nos ataques cometidos contra mulheres,

In several cases, survivors recounted being raped by anal or oral penetration, which women perceived as an additional humiliation. Perpetrators also sometimes used objects such as wooden stick or electric sticks. Several survivors said that their rapists acted brutally on purpose and enjoyed inflicting extra pain. (FORESTIER, 2017, p. 4)

Later on, in the most humiliating way, the director ordered the guards and Ghalia to imitate a pornographic movie that was on display on television in the room. Both guards raped her, one of them by using a wooden stick. (Ibid. p. 4)

Os relatos anteriores deixam clara a intenção dos soldados em humilhar as mulheres capturadas, colocando-as em situações degradantes. Ao estuprá-las com objetos ou reencenarem filmes pornográficos, há uma clara demonstração de superioridade e objetificação para além da ideia de obtenção de informações ou confissões. Atacar uma mulher sexualmente – ainda mais num país extremamente patriarcal – é torná-la ainda mais vulnerável, é tirar dela a possibilidade de controle sobre o seu próprio corpo e suas escolhas, é deixar claro que mulheres precisam ser dominadas por homens.

Segundo apontam Baaz e Stern (2013, p. 21), há um ideal de masculinidade que é impossível de ser alcançado e, por isso, é considerado falho – como mencionado anteriormente. Esses sentimentos de “masculinidade falha” podem contribuir para a prática do estupro, uma vez que este se torna uma maneira de tentar performar e reconquistar masculinidade e poder. Há, ainda, uma certa hierarquização entre as próprias mulheres – imposta pelos homens – onde a mulher

favorável ao ideal do grupo é “digna de proteção”, enquanto aquelas atreladas, verdadeiramente ou não, à oposição, precisam ser punidas. (Ibid. p. 21)

As women are often cast as the [...] biological, cultural and social reproducers of the community, rape of ‘enemy’ women can also aim at destroying the very fabric of society. (BAAZ e STERN, 2013, p. 21)

Além de tratar diretamente da questão do estupro, há, ainda, uma série de desdobramentos provenientes deste tipo de abuso. Segundo Weistman (2008, p. 564), o estupro é uma das muitas formas de tortura que culminam num êxodo em larga escala de uma região específica. De acordo com relatórios produzidos pela ACNUR, mais de 5.6 milhões de sírios já saíram do país desde 2011, grande parte deles sob a alegação de estarem fugindo por medo de serem estuprados ou sexualmente violentados. (FIDH, 2013, p. 13)

Outra consequência advinda dos abusos cometidos, foi o aumento da taxa de suicídio entre os anos de 2005 e 2016. (THE GLOBAL ECONOMY, s.d) O estigma social e a pressão familiar sobre às mulheres vítimas de violências sexuais podem contribuir para intensificar a humilhação e vergonha das vítimas, podendo culminar em suicídio (FIDH, 2013, p. 14),

One woman reported the situation of two women she knew, including one who was 17 years old, who had been raped by the regime’s forces. She indicated that both committed suicide shortly thereafter, one of them by setting herself on fire. (Ibid. p. 14)

Somadas à essas violências diretas e indiretas, existem os casos de mulheres que sofrem com a rejeição dos maridos e familiares quando são liberadas dos campos de detenção e afirmam terem sido violadas. (Ibid. p. 14) Há, ainda, o outro lado: mulheres que são forçadas a se casarem – pela família – depois de terem sido estupradas, de maneira a colocar um “ponto final” no assunto e diminuírem a desonra gerada à comunidade. (Ibid. p. 15)

Outro grande problema mencionado em entrevistas conduzidas pela FIDH e por Forestier, é o medo de sequestros. Segundo relatos, muitas mulheres sírias descrevem os raptos como um “instrumento de terror”⁴⁵ utilizado por ambos os lados do conflito. Neste ponto, é possível destacar a prática de soldados e

⁴⁵ FIDH, 2013, p. 15

combatentes que incentivam mulheres a “caçarem” e denunciarem umas às outras, por meio de coerção ou suborno, como aponta o relatório da FIDH,

Interviews reported cases of Syrian army officers paying or otherwise coercing women to identify women to be abducted. One woman told FIDH that the Syrian army would pay 5,000 Syrian lira to a woman for every woman she would bring to them. She said that some women would put on a face veil (niqab) and knock on doors, ostensibly seeking medicine for her child, to choose potential women for abduction. (FIDH, 2013, p. 15)

Dessa forma, é possível perceber que o estupro, de fato, não é a única violência inerente ao conflito sírio. Adotar o discurso único que de o estupro é a violência mais presente no conflito é (tentar) esconder que existem outras disparidades de gênero que se manifestam durante tempos de guerra. (LOKOT, 2019, p. 867)

3.3.1. O pós-trauma das vítimas

Embora exista um grande número de violências cometidas contra parte da população síria, principalmente meninas e mulheres, o momento de pós-trauma e reabilitação das vítimas ainda é precário. O estigma que cerca esses crimes faz com que as vítimas não tenham acesso à serviços apropriados (FIDH, 2013, p. 14) de ajuda e reabilitação, como aponta o relato a seguir

A doctor told the FIDH delegation that a relative of his in Homs had been raped and was pregnant. When she went to Damascus, hotels refused to accept her because they knew she had been raped. She was unable to find a clinic that would perform an abortion. (Ibid. p. 14)

Além disso, existem relatos de vítimas que afirmam que os próprios médicos responsáveis por seus tratamentos participavam de agressões,

Some of the doctors and nurses at the hospital even took part in the beatings, hitting and kicking us with electrical cables. The nurses would repeat angrily ‘the alawites annihilated you, right?’ (FIDH, 2013, p. 12)

Depoimentos como os anteriores demonstram a falta de acesso à serviços apropriados e retratam outras formas de violência em relação à vítima. Além de já ter sofrido com o ataque efetivo, a discriminação, humilhação e falta de atendimento

prestado ainda reforçam o sofrimento de mulheres que, não bastassem terem sido violentadas – e, de acordo com a sociedade, terem perdido sua honra –, agora serão obrigadas a gestarem uma gravidez indesejada ou recorrerem a meios clandestinos para terem direito ao aborto.

Por fim, os relatos existentes sobre o tratamento e acolhimento de vítimas no pós-trauma são escassos. Em meios acadêmicos, pouco se fala sobre a reabilitação das vítimas, o grande enfoque está nas violências cometidas. Enquanto isso, os relatórios de organizações internacionais mencionam, em poucas palavras, como ainda há poucos recursos designados ao tratamento – físico e psicológico – das vítimas que conseguem chegar até eles. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020, n.p)

3.4. O sensacionalismo em torno do conflito sírio

Apesar de o estupro ser parte fundamental no entendimento das violências cometidas contra mulheres no conflito sírio, Michelle Lokot aponta que relatórios produzidos para a ACNUR em 2012 sobre o conflito consideravam o estupro como “universal” na Síria, mesmo que não houvesse evidências suficientes para fazer esse tipo de afirmação. (LOKOT, 2019, p. 857) Além disso, outras questões ligadas ao estupro como arma de guerra eram mencionadas – como o medo relacionado aos abusos que fariam com que parte da população tivesse abandonado o país, já mencionado na seção anterior –, todavia, o relatório não continha análises específicas de como esses atos estariam ligados à uma estratégia sistemática de guerra e, ainda assim, afirmaram que o estupro como arma de guerra na síria era universal. (Ibid. p. 858)

Além dos relatórios produzidos, a escala e frequência dos estupros na Síria também foi pauta de narrativas da mídia e de organizações humanitárias. (LOKOT, 2019, p. 858) Porém, mesmo que afirmassem que o estupro era algo pervasivo na Síria, essas mesmas narrativas ainda alegavam que a extensão total desse tipo de violência no país não era clara. (Ibid. p. 859) Ainda segundo Lokot (2019, p. 859),

um outro relatório do Comitê Internacional de Resgate teria afirmado que o estupro seria a forma de violência mais extensa enfrentada por mulheres e meninas na Síria.

A questão com este tipo de discurso é que, mais uma vez, ele invisibiliza outras questões às quais mulheres e meninas sírias são submetidas. Como mencionado na seção anterior, existe uma vasta gama de violências – sexuais ou não – que são cometidas diariamente contra a população síria e, ao intensificar a narrativa de que o estupro é a mais extensa delas, essas outras violências passam a ser secundárias.

A menção e busca por dados quantitativos, como alegou a FIDH ao produzir seus relatórios, podem ser entendidas como uma consequência problemática da ideia de que a violência sexual precisa ser sistemática e generalizada para ser processada. (LOKOT, 2019, p. 859) Segundo as diretrizes sobre GBV em ambientes humanitários desenvolvidas pelo Inter-Agency Standing Committee⁴⁶ (IASC) em 2005, a violência de gênero deve ser tratada independentemente de evidências quantitativas, uma vez que a GBV ocorre em todos os lugares. (Ibid. p. 859) Segundo o documento,

Waiting for or seeking population-based data on the true magnitude of GBV should not be priority in an emergency due to safety and ethical challenges in collecting such data. (Ibid. p. 859)

Todavia, apesar de explicitar que a busca por dados de base populacional não deveria ser a prioridade num momento de emergência – como no caso da Síria –, relatórios sobre violência sexual são produzidos de uma maneira bastante específica e quantificada, sendo assim, o foco que antes era voltado para a abordagem da desigualdade existente entre homens e mulheres, passou a ser voltado para a geração de dados quantitativos. (LOKOT, 2019, p. 859)

Em alguns casos, mesmo que haja dados, estes podem ser organizados de maneiras específicas, favorecendo um tipo de evidência em detrimento de outras, já que a ideia do estupro como arma de guerra é conceitualmente poderosa. (Ibid. p. 860) No caso sírio, existem relatórios que levam em consideração outros tipos de violências de gênero, incluindo aquelas perpetradas contra homens e meninos,

⁴⁶ Comitê permanente de parceiros humanitários da ONU, fundado em 1992, com o objetivo de fortalecer a assistência humanitária.

todavia, isso não significa que o discurso do estupro como arma de guerra não seja um problema na Síria. (Ibid. p. 861) Segundo Lokot,

Sexual violence in the Syrian conflict needs to be understood in more nuanced ways to reflect the fact that these acts are not clearly defined or understood. They need to be contextualized and, importantly, they need to be situated within pre-existing gendered power relations. (LOKOT, 2019, p. 862)

Ainda que existam uma série de relatos sobre as violências cometidas durante o conflito sírio e que pesquisas apontem que o índice de mortalidade nacional sofreu um aumento⁴⁷ entre os anos de 2011 e 2015, é preciso ter atenção à construção de um discurso sensacionalista envolvendo a guerra civil síria. Em um paralelo com a situação brasileira, por exemplo, os níveis de mortalidade na Síria são inferiores aos níveis brasileiros. A cada 1000 habitantes, 5.37 mortes foram registradas na Síria em 2016, enquanto no Brasil, um país que não se encontra em conflito – segundo organizações internacionais – o número de mortes registradas é de 6.45 a cada 1000 habitantes.

Sendo assim, é preciso que haja uma análise cuidadosa dos relatórios produzidos sobre o conflito sírio, uma vez que há uma certa dose de sensacionalismo que os envolve. Mais uma vez, a narrativa construída ao redor do conflito maximiza questões específicas, invisibilizando outras, tornando ainda mais difícil o entendimento de que: as forças da oposição não são as únicas que usam dessa violência para conquistar objetivos e, principalmente, existem outras formas de violência de gênero acontecendo na Síria.

3.5. Considerações finais

Apesar de o foco principal deste trabalho ser nas violências sexuais e de gênero sofridas por mulheres no contexto de conflito e pós-conflito, é extremamente necessário que haja um espaço de reconhecimento de outros grupos sociais que sofrem com essas violências.

⁴⁷ Dados tirados de análises do Global Economy, disponíveis em: https://www.theglobaleconomy.com/Syria/Death_rate/. Acesso em: 10 dez. 2020

Embora sejam massivamente perpetradas por homens, os alvos das GBV se alternam e, por muitas vezes, acabam chegando a outros homens e meninos. Tanto as violências físicas quanto as mais enraizadas na sociedade – como a ideia de masculinidade militarizada, por exemplo – são responsáveis por gerar centenas de vítimas tanto em tempos de conflito, quanto em tempos de “paz”. Dados limitados e subnotificação também fazem parte do escopo masculino das violências de gênero. O estigma em torno da vulnerabilidade masculina e a vergonha em falar sobre o ocorrido ou em buscar ajuda, contribuíram para que as vítimas do sexo masculino recebessem menos atenção, recursos e ajuda do que o necessário.

De acordo com relatórios do *Human Rights Watch*, as violências sexuais relacionadas ao conflito (CRSV) contra homens e meninos ocorrem de diversas formas, dentre elas, as vítimas estão sujeitas ao estupro – tanto por penetração de órgãos genitais perpetradas por terceiros, quanto por inserção de outros objetos –, nudez forçada, castração e esterilização. Essas violências podem ser perpetradas pelo próprio Estado, quanto por outros atores não-estatais.

Alguns teóricos afirmam que a violência sexual usada contra homens e meninos é, geralmente, uma ferramenta para desumanizá-los e humilhá-los enquanto as dinâmicas de poder entre vítimas e perpetradores são reforçadas. Ou seja, através do estupro ou de outras formas de violência sexual, o perpetrador demonstra um grau de dominação sobre o sobrevivente. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020, n.p)

Como mencionado na seção anterior, em algumas culturas, a masculinidade é ligada ao poder e à dominação – em contraponto à feminilidade, ligada à submissão e à obediência –, portanto, homens heterossexuais representam a força e o poder da família e da comunidade e espera-se que eles sejam os responsáveis por proteger aos outros. (SIVAKUMARAN, sd, p. 268 apud HUMAN RIGHTS WATCH, 2020, n.p) Sendo assim, da mesma forma que o estupro de mulheres pode ser destinado a atingir o cerne da sociedade, o estupro de homens e meninos pode “desempoderar” a comunidade como um todo. (Ibid.)

De acordo com Michele Leiby (2018, p. 141), as normas vigentes de masculinidade excluem qualquer possibilidade de fragilidade ou vitimização masculina, “*in many societies, people often believe that men who have been raped*

or subject to sexual violence are not ‘real man’ because ‘real man’ can protect themselves from such violence.” (LEIBY, 2018; SIVAKUMARAN, sd apud HUMAN RIGHTS WATCH, 2020, n.p)

No contexto sírio, as violências contra homens e meninos geralmente acontecem em centros de detenção como forma de tortura pelas autoridades sírias. Dentro do escopo de violências praticadas, estão inclusos: estupros – inclusive com objetos -, assédio sexual e humilhação, mutilação genital de todos os tipos (queimaduras, choques elétricos e espancamentos), ameaça de estupro aos próprios detentos ou a terceiros e nudez forçada. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020, n.p)

Segundo a IICISyria, o estupro e a violência sexual contra homens e meninos podem ser descritos da seguinte forma:

Male detainees, including boys as young as 11 years, were subjected to a range of forms of sexual violence including rape, sexual torture and humiliation. Generally, rape of males took place during admissions to a facility—in these cases, the perpetrators were often pro-Government militias supporting the detention facility—during interrogations to force confessions, and occasionally even after detainees confessed to further humiliate or punish them. Upon arrival at detention facilities, men and boys were forced to strip, and often stand naked in front of others. In some instances, they described being submitted to unnecessarily intimate searches during which guards touched their genitals.

The most common form of male rape occurred with objects, including batons, wooden sticks, pipes, and bottles, a tactic which has been used during interrogations since early in the conflict. (ACNUR, 2018, p. 11)

Como mencionado anteriormente, o estigma e a vergonha que envolvem os crimes de violência sexual constituem o principal fator pelo qual a maioria das vítimas decide não reportar o acontecido. Se mulheres são silenciadas pois não podem expor sua intimidade e, se o fizerem, trarão desonra à família, homens não o fazem a fim de manter o estereótipo de masculinidade construído pela cultura na qual estão envolvidos.

Nos casos de abusos de homens e meninos, bem como nas violências perpetradas contra mulheres, há uma espécie de “efeito dominó”. Ao serem abusados, esses homens sofrem o trauma da violência direta e são obrigados a conviver – majoritariamente em silêncio – com o trauma psicológico gerado pelo ataque, o que, por sua vez, pode levar à uma série de consequências, como: o êxodo em massa de homens (principalmente homossexuais e transgêneros) que, por medo,

querem deixar a Síria e o alto índice do suicídio cometido no pós-trauma. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020, n.p)

Por fim, assim como nas violências de gênero contra mulheres, existe uma lacuna no tratamento da vítima no pós-trauma (Ibid.). Profissionais pouco treinados para assistir sobreviventes masculinos e a falta de confiança das vítimas nos órgãos responsáveis por investigarem esses casos, são parte da razão pela qual ainda há pouca efetividade nas políticas de proteção e cuidados para as vítimas de violências baseadas em gênero em locais e momentos de conflito.

Em resumo, este capítulo buscou mostrar os estigmas relacionados às violências de gênero cometidas dentro do contexto sírio e como elas escalam em momentos de conflito, bem como podem ser invisibilizadas pela preferência de outra narrativa. Além disso, foi possível perceber uma série de consequências psicológicas e físicas que se originam das violências perpetradas durante o conflito, como a alta taxa de êxodo e o aumento do número de casos de suicídio durante o conflito. A partir dessa análise é possível destacar como a produção de uma masculinidade militarizada influencia na maneira como os corpos das mulheres serão tratados, bem como tem influência sobre as relações masculinas, gerando violências sobre ambos os corpos.

Por fim, destaca-se a questão de que, ainda que homens sofram com as violências sexuais e baseadas em gênero, o maior número de casos é entre a população feminina e infantil, fortalecendo a ideia de que o controle sobre os corpos das mulheres e suas identidades não são próprios, sendo sempre construídos em justaposição à sociedade e ao homem.

4. Organizações Internacionais e o combate às violências sexuais e de gênero em conflitos

Adotada em outubro de 2000 pelo Conselho de Segurança da ONU, a Resolução 1325 foi o primeiro documento a adereçar questões entrelaçadas de gênero, paz e segurança internacional, como apontam Drumond e Rebelo (2018),

A Resolução 1325 [...] foi adotada por unanimidade, tornando-se um marco simbólico do comprometimento dos países e da comunidade internacional com a urgência de se pensar na manutenção e consolidação da paz, a partir dos papéis de mulheres e homens nas sociedades. Destaca-se o engajamento de setores da sociedade civil e sua interação com Estados-membros e outras agências e órgãos da ONU para a aprovação e disseminação desta resolução. (DRUMOND e REBELO, 2018, p.3)

Esta Resolução reconhece que as mulheres sofrem de forma diferente os impactos de guerra e foi responsável por reafirmar a necessidade de reforçar o papel das mulheres nas tomadas de decisões em relação à prevenção e resolução de conflitos. (ONU MULHERES, s.d) Além desta, foram adotadas outras quatro Resoluções adicionais: 1820 (em 2008), 1888 e 1889 (em 2009) e 1960 (em 2010) que, em conjunto, representam um “quadro crítico para melhorar a situação de mulheres em países afetados por conflitos”. (Ibid. n.p)

A partir dessas Resoluções, é possível analisar o trabalho de uma série de Organizações presentes em conflitos que tem por objetivo combater a violência sexual e de gênero, visando a proteção de mulheres e meninas. Para tanto, é preciso entender como funcionam essas organizações.

As organizações internacionais (OIs) podem ser alocadas em duas categorias: aquelas internacionais intergovernamentais (OIGs) e aquelas não-governamentais internacionais (ONGIs). As organizações internacionais intergovernamentais são caracterizadas por terem Estados como membros, conquistando legitimidade a partir do reconhecimento proveniente desses atores e à medida que geram bens públicos. Todavia, este tipo de organização dificilmente obtém autoridade supranacional, ou seja, elas estão sujeitas ao interesse dos Estados-membros em mantê-las. (HERZ, HOFFMANN e TABAK, 2015) Por outro lado, as ONGIs, têm maior liberdade de ação e centram-se em questões da sociedade civil, incluindo práticas de ajuda humanitária. (LUZ e ASSIS, 2018, n.p)

Dentre as organizações comprometidas com a ajuda humanitária e o combate à violência sexual e de gênero em locais de conflito, pode-se destacar o trabalho do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR) e do Médicos Sem Fronteiras (MSF). De acordo com a unidade de *Peacekeeping* da ONU, a violência sexual relacionada a conflitos é

Motivated by political, military or economic objectives to control territory or resources, Conflict-related Sexual Violence (CRSV) is frequently and deliberately used to target civilians, inflicting long-term trauma and humiliation, fracturing families and the social fabric, triggering displacement and fuelling armed actors' activities. Such violence is also used as a tactic of violent extremism and terrorism. Women and girls continue to be those primarily affected by CRSV, not least due to patterns of gender discrimination and inequality predating the conflict. (UN PEACEKEEPING, s.d)

Isto posto, é possível dizer que essas organizações desempenham um papel fundamental no acolhimento de vítimas, bem como na sua reinserção na sociedade.

4.1. A atuação das organizações internacionais no conflito sírio

O atual conflito sírio resulta numa crise humanitária, com milhares de pessoas realocadas e mais de cinco milhões de refugiados em países vizinhos, principalmente no Líbano, na Jordânia, na Turquia e no Egito. (FIDH, 2013, p. 10; ACNUR, 2018, n.p) A Turquia abriga o maior número de refugiados sírios registrados até o momento, totalizando 3.6 milhões. (ACNUR, 2018, n.p)

Grande parte dos refugiados em países vizinhos estão instalados em áreas urbanas, com apenas 8% residindo em campos destinados ao refúgio. No Líbano, onde mais de um milhão de refugiados sírios se encontram, 70% vivem abaixo da linha da pobreza, uma vez que não existem campos de refugiados “oficiais”, o que obriga os refugiados a se instalarem em pequenas comunidades (Ibid. n.p), “compartilhando pequenos alojamentos básicos com outras famílias de refugiados em condições de superlotação.” (Ibid. n.p) Já na Jordânia, mais de 655 mil homens,

mulheres e crianças estão exilados e estima-se que 93% deles vivam abaixo da linha da pobreza. (Ibid. n.p)

No contexto sírio, as organizações não-governamentais internacionais são peça-chave na defesa do Direito Internacional Humanitário e na assistência básica (saúde e alimentação) à população que sofre com o conflito. (LUZ e ASSIS, 2018, n.p) Diversas ações já foram executadas por parte de organizações como o CICV, incluindo entrega de suprimentos – água potável, alimentos, roupas e utensílios domésticos – distribuição de remédios e transporte até hospitais. (Ibid. n.p) Além do CICV, o MSF também atua no país, principalmente na região norte, dominada pela oposição ao governo de Assad. (Ibid. n.p)

De acordo com a ACNUR, a organização provê ajuda humanitária para refugiados,

helping the most vulnerable with cash for medicine and food, stoves and fuel for heating, insulation for tents, thermal blankets and winter clothing. For those who have been displaced but remain in Syria, we provide shelter kits and non-food items as well as protection services and psychosocial support. (ACNUR, 2018, n.p)

Todavia, embora essas organizações tragam, de fato, benefícios para a população local afetada pelo conflito, pouco se faz – efetivamente – em relação às vítimas de violências sexuais e de gênero. Como mencionado no capítulo anterior, o acesso de mulheres sírias a locais seguros onde possam ser tratadas pós-trauma é escasso e, por se tratar de uma questão demasiadamente estigmatizada, muitas vítimas não têm acesso às organizações.

Além disso, apesar de afirmarem que “não toleram nenhum tipo de violência” (BBC, 2018), os campos de refugiados tornaram-se um lugar de medo, uma vez que tanto oficiais da ONU, quanto outros homens residentes nos campos, passaram a trocar elementos essenciais – como água, comida e remédios – por “favores sexuais”. (Ibid. n.p) Por conta disso, algumas mulheres sírias se recusam à ir até os centros de distribuição de suprimentos pois “temem que as pessoas suponham que elas estão indo ao local para oferecer o próprio corpo e, assim, poder voltar para casa com mantimentos e remédios.” (Ibid. n.p)

Segundo uma pesquisa conduzida pelo Comitê Internacional de Resgate (IRC, em inglês) com cerca de 190 mulheres das regiões de Daraa e Quneitra, 40%

das mulheres que relataram terem sido vítimas de violências sexuais afirmaram que o abuso ao qual foram submetidas aconteceu num centro de distribuição de ajuda humanitária. (BBC, 2018, n.p)

Apesar de terem sido notificadas dos acontecimentos (BBC, 2018, n.p), essas organizações e a comunidade internacional falhou em proteger mulheres sírias da violência sexual e, até o momento, não tomou nenhuma atitude relevante em relação aos crimes cometidos. (FIDH, 2017, p. 10; BBC, 2018, n.p) Segundo informações da própria ACNUR, apesar de estarem cientes dos abusos cometidos tanto dentro dos campos e centros de distribuição, quanto no restante do país, “não havia informação suficiente para identificar e agir contra qualquer pessoa ou organização.” (BBC, 2018, n.p)

Embora a sociedade civil tenha tentado, diversas vezes, levantar a questão da violência sexual relacionada ao conflito, ao longo dos últimos anos, o Conselho de Segurança da ONU só condenou o uso da violência sexual no conflito sírio uma vez e, na ocasião, o enfoque foi dado aos crimes perpetrados pelo Estado Islâmico (FIDH, 2017, p. 14), deixando de lado uma série de outros atores responsáveis pelos acontecimentos e, mais uma vez, invisibilizando as violências sofridas por mulheres no contexto do conflito sírio.

5. Conclusão

Este trabalho tinha como objetivo adereçar as questões referentes ao uso de violências sexuais e de gênero em locais de conflito, com enfoque no estudo de caso do conflito sírio, visando mostrar como a narrativa construída em torno da ideia do estupro como arma de guerra poderia contribuir para a invisibilização dessas violências. Pretendeu-se, com isso, trazer uma abordagem a partir de um ponto de vista alternativo em relação àquele predominante nas Relações Internacionais, visando ampliar o debate sobre o tema, tanto dentro, quanto fora da academia.

Para que isso fosse possível, inicialmente foram apresentadas as construções que possibilitaram o surgimento da narrativa do estupro como arma de guerra, tal qual se conhece hoje, mobilizando documentos oficiais e obras acadêmicas acerca do tema, a fim de enriquecer a perspectiva apresentada, fornecendo o maior número de dados possível sobre o tema.

Na primeira seção do presente trabalho, buscou-se construir uma base referente à historiografia do estupro como arma de guerra, a fim de, posteriormente, ressaltar como uma narrativa predominante no cenário internacional pode contribuir para a invisibilização de outras violências, sejam elas cometidas no dia a dia ou durante um conflito armado. *“While less incendiary, other kinds of GBV may be just as insidious as rape, affecting women’s daily lives as well as causing them to normalize the GBV that they experience.”* (LOKOT, 2019, p. 870)

Como mostrado ao longo deste capítulo, o gênero tem um papel fundamental em moldar todos os aspectos da interação humana, desde o doméstico até o internacional (COCKBURN, 2004, n.p), sendo, portanto, o principal componente na construção das dinâmicas presentes num contexto de conflito, como pôde ser percebido com as exemplificações das questões bósnias, ruandesas e congolenses.

A segunda seção, por sua vez, trouxe um estudo de caso baseado no conflito sírio, de modo a argumentar como sociedades patriarcais e conflitos em locais com governos não democráticos, dificultam ainda mais a percepção de outras formas de violência contra a população local. Apesar de advogar que os dados sobre violência sexual não precisam, necessariamente, ser quantitativos, a subnotificação desses

crimes serve para corroborar o fato de haver uma narrativa sensacionalista em torno do uso do estupro no conflito sírio, uma vez que os dados relacionados ao estupro são mais acessíveis e, conseqüentemente, mais difundidos. A apresentação do caso sírio fez com que fosse possível entender, a partir de um conflito atual, como o discurso do estupro como arma de guerra – apesar de ter alcançado inúmeras conquistas ao longo dos últimos 30 anos – ainda é dominante quando se trata de violência sexual.

Para além disso, com algumas considerações finais, trazer dados sobre a violência sexual contra homens e meninos – mesmo que não se tratasse do foco principal deste trabalho – foi fundamental para corroborar que o gênero, como uma construção social, é a base para as violências sexuais desempenhadas dentro do conflito sírio – ou de qualquer outro conflito que apresente resultados semelhantes. Ainda que homens sejam vistos como provedores e “fortes”, eles também sofrem com a GBV e com o estigma e os silenciamentos trazidos com ela.

Nesta mesma seção abordou-se, ainda, o processo de pós-trauma das vítimas de violências sexuais e de gênero e a falta de treinamento dos órgãos responsáveis por conceder o auxílio necessário à população.

Pautada no conflito sírio e no contexto internacional como um todo, a quarta seção deste trabalho trouxe, portanto, uma análise da participação de organizações internacionais no combate à violência de gênero e na perpetuação da agenda de mulheres, paz e segurança da ONU, com base nas Resoluções 1325 e 1820. Dentro deste mesmo capítulo, uma análise com maior enfoque na participação dessas organizações no contexto sírio comprovou a ineficácia das ações propostas por esses órgãos e, mais grave do que isso, como algumas dessas organizações acabam por, mesmo que sem a intenção, perpetuar as violências de gênero já existentes naquele local.

Com base em todos os dados e questões aqui expostas, este trabalho permite que tenhamos algumas conclusões acerca da narrativa – dominante – do estupro como arma de guerra. A primeira delas é que, de fato, há uma invisibilização de outras violências, sejam elas cometidas por atores estatais ou não-estatais, uma vez que grande parte dos relatórios produzidos sobre o tema tem enfoque apenas no uso sistemático e universalizado do estupro como forma de tortura e obtenção de

informações, visando atingir um grupo específico. “*This preoccupation with rape during conflict pushes ‘everyday’ violences to the marings.*” (LOKOT, 2019, p. 867) Outra questão evidente é o ostracismo ao qual as vítimas dessas violências “secundárias”, bem como as vítimas de estupro, são submetidas, principalmente dentro de sociedades onde o valor da mulher é atribuído à sua virgindade ou ao papel que desempenha como “reprodutora”.

Além disso, uma das questões mais importantes a serem tratadas e pensadas a partir do desenvolvimento desse trabalho é: a falta de espaço para que as próprias vítimas, principalmente mulheres, tenham agência sobre seus casos. Enquadrá-las apenas como vítimas, faz com que seja difícil que elas consigam engajar numa vida política como cidadãs ativas (SCULLY, 2010, p. 22).

Por todas as razões aqui expostas e, principalmente, por conta da existência de uma narrativa predominante acerca do estupro como arma de guerra, é importante destacar a urgência e necessidade do desenvolvimento de mais pesquisas que partam do ponto de vista alternativo sobre as violências sexuais e de gênero cometidas em conflito e pós-conflito, de modo a trazer maior visibilidade aos casos existentes. Além disso, a falta de relatórios acerca da participação de organizações internacionais no conflito sírio, principalmente no que tange a perpetuação dos abusos mencionados, é uma das principais lacunas referentes a este tipo de pesquisa, portanto, deixo como sugestão à outras acadêmicas e possíveis leitores que produzam conteúdos voltados para a perpetuação dessas violências por parte das organizações.

Reforço, então, a ideia de que “*we need to think about Syrian women not only as victims of violence but also as significant partners in the quest to bring about a resolution to conflict*” (TROJANOWSKA e LEE-KOO, 2017), de maneira a inseri-las – como agentes – no combate às violências sexuais e de gênero e, mais do que isso, no processo de reconstrução e manutenção da paz. Por fim, apesar de levar em consideração todo o estigma e sofrimento imposto à essas mulheres, termino este trabalho desejando que elas, mais do que ninguém, possam se reconstruir frente a tudo que viveram.

6. Referências Bibliográficas

ACNUR. **Sexual and Gender-Based Violence against Refugees, Returnees, and Internally Displaced Persons**: guidelines for prevention and response. 2003. Disponível em: <https://www.unhcr.org/3f696bcc4.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

_____. **Syria Emergency**. 2018. Disponível em: <https://www.unhcr.org/syria-emergency.html#:~:text=Over%205.6%20million%20people%20have,coordinate d%20effort%20across%20the%20region>. Acesso em: 07 dez. 2020.

AFP. **Perto de completar 10 anos, guerra na Síria já fez mais de 380.000 mortos**. 2020. Disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1428780/2020/03/no-decimo-ano-de-guerra-o-numero-de-mortos-na-siria-chega-a-380-mil/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BAAZ, Maria Eriksson; STERN, Maria. **Sexual violence as a weapon of war?** perceptions, prescriptions, problems in the Congo and beyond. Zed Books; Nordic Africa Institute, 2013.

BBC. **Entenda o genocídio de Ruanda de 1994**: 800 mil mortes em cem dias. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms. Acesso em: 29 nov. 2020.

_____; ONTIVEIROS, Eva. **Mutilação genital feminina**: o que é e por que ocorre a prática que afeta ao menos 200 milhões de mulheres. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47136842>. Acesso em: 06 dez. 2020.

_____. **O que é o jihadismo?** 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141211_jihadismo_entenda_cc. Acesso em: 25 nov. 2020

_____. **Sykes-Picot**: o acordo secreto que está na raiz de conflitos no oriente médio. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36320891>. Acesso em: 25 nov. 2020.

_____. **Syria Profile**: timeline. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-14703995>. Acesso em: 25 nov. 2020.

_____; LANDALE, James; O'DOWD, Vinnie. '**Usadas, abusadas e violadas**': as mulheres exploradas na síria em troca de ajuda humanitária. as mulheres exploradas na Síria em troca de ajuda humanitária. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43197931>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BÍBLIA, Português. Bíblia de Estudo NVI. Nova Versão Internacional. São Paulo, SP: Editora Vida, 2003.

BOESTEN, J. Analyzing Rape Regimes at the Interface of War and Peace in Peru. **International Journal of Transitional Justice**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 110-129, 16 fev. 2010. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/ijtj/ijp029>.

BRASIL. Decreto nº 30.822, de 6 de maio de 1952. . Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1952/D30822.html#:~:text=N a%20presente%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20entende%2Dse,em%20parte %2C%20um%20grupo%20nacional. Acesso em: 06 dez. 2020.

BROWNMILLER, Susan. **Against our will**: men, women and rape. Nova York: NYP, 1975.

CARD, Claudia. Rape as a Weapon of War. **Hypatia**, [s. l], v. 11, n. 4, p. 5-18, set. 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3810388>. Acesso em: 30 nov. 2020.

COCKBURN, Cynthia. The Continuum of Violence: a gender perspective on war and peace. **Sites Of Violencegender And Conflict Zones**, [S.L.], p. 24-44, 28

jun. 2004. University of California Press.
<http://dx.doi.org/10.1525/california/9780520230729.003.0002>.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.

DANTAS, Daniel. **Do porquê a ideia de neutralidade e a imparcialidade jornalísticas deveriam ser esquecidas**. 2013. Disponível em:
<https://nominuto.com/dialogosdiscursosoutrasleituras/do-porque-a-ideia-de-neutralidade-e-a-imparcialidade-jornalisticas-deveriam-ser-esquecidas/791/>.
Acesso em: 06 dez. 2020.

DISCOVERING Islam: The Beliefs of the Alawi Sect of Syria & Lebanon. The Beliefs of the Alawi Sect of Syria & Lebanon. Disponível em:
http://www.discoveringislam.org/alawi_sect.htm. Acesso em: 25 nov. 2020.

DRUMOND, Paula; REBELO, Tamyá. **Implementando a agenda sobre “Mulheres, Paz e Segurança” no Brasil: uma revisão do plano nacional de ação**. Rio de Janeiro, 31 mar. 2018. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-07-AE-31_Plano-Nacional-Mulheres-web.pdf.
Acesso em: 10 dez. 2020.

ECONOMY, The Global. **Syria: Suicides**. Disponível em:
<https://www.theglobaleconomy.com/Syria/suicides/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

EVA. **Violência Sexual em conflito**. 2020. Desenvolvida por: Instituto Igarapé. Disponível em: <https://eva.igarape.org.br/sexualViolence>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FALCÃO, Ana Taisa da Silva. Violências sexuais em conflitos armados: um silenciamento histórico. **Jornada de Estudos Históricos: Professor Manoel Salgado**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-16, 31 out. 2020.

FIDH. **Violence Against Women in Syria**: breaking the silence. 606. ed. Paris: Fédération internationale pour les droits humains, 2013. 22 p.

FORESTIER, Marie. "You want freedom? This is your freedom": rape as a tactic of the Assad regime. **LSE Center for Women, Peace And Security**, Londres, p. 1-16, mar. 2017.

FOUCAULT, Michel. As formações discursivas. In: **A Arqueologia do Saber**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FURTADO, Gabriela; RODER, Henrique; AGUIAR, Sergio L. C. A GUERRA CIVIL SÍRIA, O ORIENTE MÉDIO E O SISTEMA INTERNACIONAL. **Série Conflitos Internacionais**, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 1-6, dez. 2014. Bimestral. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/a-guerra-civil-siria-final.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

G1. **Entenda o que é um califado**: jihadistas sunitas proclamaram criação de um califado entre iraquê e síria. termo significa sucessão em árabe, como um novo sistema de governo. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/06/entenda-o-que-e-um-califado.html>. Acesso em: 25 nov. 2020.

GOTTSCHELL, Jonathan. Explaining wartime rape. **The Journal Of Sex Research**, [S.L.], v. 41, n. 2, p. 129-136, 1 maio 2004. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00224490409552221>.

HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro; TABAK, Jana. **Organizações Internacionais**: história e práticas. 2. ed. Rio de Janeiro: Gen Atlas, 2015. 264 p.

HOLEN, Sine Vorland; VERMEIJ, Lotte. **Combating Conflict-Related Sexual Violence**. 2017. Publicada por: OTAN. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/articles/2017/10/26/combating-conflict-related-sexual-violence/index.html>. Acesso em: 10 dez. 2020.

INSTITUTO DEL TERCER MUNDO (Uruguai). **Guia Del Mundo**. 2007. Disponível em: <http://www.guiadelmundo.org.uy/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

IPPF. **Fighting gender-based violence in Syria**. Disponível em: <https://www.ippf.org/stories/when-national-crisis-leads-domestic-conflict-how-syrian-family-planning>. Acesso em: 09 dez. 2020.

IRMCT, United Nations International Residual Mechanism For Criminal Tribunals. **The ICTR in Brief**. Disponível em: <https://unictr.irmct.org/en/tribunal>. Acesso em: 07 dez. 2020.

KRAUSE, Ulrike. A Continuum of Violence? Linking Sexual and Gender-based Violence during Conflict, Flight, and Encampment. **Refugee Survey Quarterly**, [S.L.], v. 34, n. 4, p. 1-19, 10 nov. 2015. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/rsq/hdv014>.

LEIBY, Michele. Uncovering Men's Narratives of Conflict-Related Sexual Violence. In: ZALEWSKI, Marysia. **Sexual Violence Against Men in Global Politics**. Londres: Routledge, 2018. p. 141.

LOBBY, European Women's. **Disrupting the continuum of violence against women and girls: with facts, stories and campaigns**. Bruxelas: Ewl, 2017. 12 p.

LOKOT, Michelle. Challenging Sensationalism: narratives on rape as a weapon of war in syria. **International Criminal Law Review**, [S.L.], v. 19, n. 5, p. 844-871, 1 out. 2019. Brill. <http://dx.doi.org/10.1163/15718123-01906001>.

LUZ, Isadora David; ASSIS, Larissa Fernandes Ribeiro de. **A Guerra na Síria e a Atuação das Organizações Humanitárias Internacionais**. 2018. Publicada por: PUC-Minas. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2018/05/23/a-guerra-na-siria-e-a-atuacao-das-organizacoes-humanitarias-internacionais/>. Acesso em: 09 dez. 2020.

ONU MULHERES. **Documentos de Referência**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/documentos-de-referencia/#:~:text=A%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%201325%20do%20Conse>

lho, preven% C3%A7% C3%A3o% 20e% 20resolu% C3%A7% C3%A3o% 20de% 20 conflitos. Acesso em: 09 dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução do Conselho de Segurança 1325**. Nova York: 2000

_____. **Resolução do Conselho de Segurança 1820**. Nova York: 2008

RAZAN, UMA MULHER E OS HORRORES DA SÍRIA. S.I.: CartaCapital, 2017. (2 min.), color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oiiGDiCM87U>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SCHOLZ, Flavia Werner. GÊNERO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: o uso da violência sexual como arma de guerra. **Cadernos de Relações Internacionais**, [S.L.], v. 2018, n. 1, p. 1-20, 16 abr. 2018. Faculdades Católicas. <http://dx.doi.org/10.17771/pucrio.cadri.33490>. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/33490/33490.PDFXXvmi=>. Acesso em: 22 out. 2020.

SCULLY, Pamela. Expanding the Concept of Gender-based Violence in Peacebuilding and Development. **Journal Of Peacebuilding & Development**, [S.L.], v. 5, n. 3, p. 21-33, jan. 2010. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1080/15423166.2010.735076776752>.

SEIFERT, Ruth. The second front: the logic of sexual violence in wars. **Women's Studies International Forum**, [S.L.], v. 19, n. 1-2, p. 35-43, jan. 1996. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/0277-5395\(95\)00078-x](http://dx.doi.org/10.1016/0277-5395(95)00078-x).

SOARES, João Victor Scomparim. A Guerra Civil na Síria: atores, interesses e desdobramentos. **Série Conflitos Internacionais**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-8, fev. 2018. Bimestral. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/serie---a-guerra-civil-na-siria---atores-interesses-e-desdobramentos.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations**: feminist perspectives on achieving global security. New York: Columbia University Press, 1992. Disponível em: <https://ces.uc.pt/ficheiros2/files/Short.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

TPI. **Katanga Case**. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/drc/katanga>. Acesso em: 08 dez. 2020.

_____. **Kenyatta Case**. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/kenya/kenyatta>. Acesso em: 08 dez. 2020.

_____. **WARRANT OF ARREST FOR GERMAIN KATANGA**. 2007. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/pages/record.aspx?uri=349648>. Acesso em: 08 dez. 2020.

TROJANOWSKA, Barbara; LEE-KOO, Katrina. **Women, peace and security in Syria**. 2017. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/women-peace-and-security-syria>. Acesso em: 11 dez. 2020.

UNDOC. **Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas**. Nova York: Nações Unidas, 2016. 126 p. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/publicacoes.html>. Acesso em: 6 dez. 2020.

UNHRC. **“I lost my dignity”**: Sexual and gender-based violence in the Syrian Arab Republic. Genebra: Nações Unidas, 2018. 27 p. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/CoISyria/A-HRC-37-CRP-3.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

UN PEACEKEEPING. **CONFLICT-RELATED SEXUAL VIOLENCE**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/conflict-related-sexual-violence>. Acesso em: 10 dez. 2020.

VASCONCELLOS, Ricardo Rocha de. **A situação da Síria frente à ordem jurídica internacional**. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, p. 1-20, 23 maio 2018. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3940>. Acesso em: 06 dez. 2020.

VIKMAN, Elisabeth. **Violência Sexual em Guerra**, parte I. In: Antropologia e Medicina. Edição 1, p. 21-31, abr. 2005

WATCH, Human Rights. **“They Treated Us in Monstrous Ways”**: sexual violence against men, boys, and transgender women in the syrian conflict. 2020. Disponível em: https://www.hrw.org/report/2020/07/29/they-treated-us-monstrous-ways/sexual-violence-against-men-boys-and-transgender#_ftn196. Acesso em: 08 dez. 2020.

WEITSMAN, Patricia A.. The Politics of Identity and Sexual Violence: a review of bosnia and rwanda. **Human Rights Quarterly**. Baltimore, p. 561-578. ago. 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20072859>. Acesso em: 28 nov. 2020.

ZINSSER, Judith P.. The United Nations Decade for Women: a quiet revolution. **The History Teacher**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 19-29, nov. 1990. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/494202>.